

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO  
COM ÊNFASE EM PSICOLOGIA DAS INTERAÇÕES SOCIAIS**

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO  
CONTEXTO PSICOSSOCIAL: IMAGEM E  
IDENTIDADE**



04016165

**Dissertação de Mestrado**

**Vânia Maria Bemfica Guimarães Pinto Coelho**

**Florianópolis**

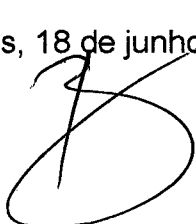
**2001**

Vânia Maria Bemfica Guimarães Pinto Coelho

**POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO CONTEXTO PSICOSSOCIAL: IMAGEM E  
IDENTIDADE**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a Obtenção do título de Mestre  
em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia  
de Produção com ênfase em Psicologia das Interações Sociais da  
Universidade Federal de Santa Catarina

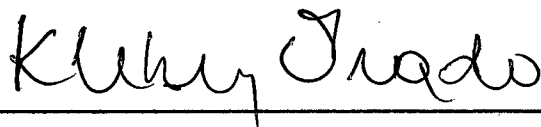
Florianópolis, 18 de junho de 2001.



**Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph. D.**  
Coordenador do Curso

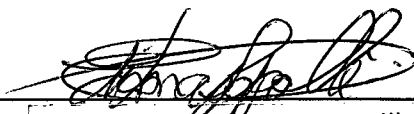
Coordenador do Curso

**BANCA EXAMINADORA:**

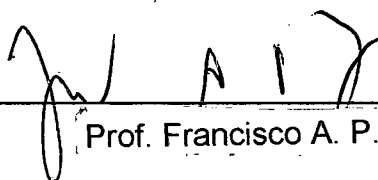


Prof. Kleber Prado Filho, Dr.

Orientador



Profa. Edis Mafra Lapolli, Dra.



Prof. Francisco A. P. Fialho, Dr.

*À minha mãe Teresinha, ao me convencer da força dos que acreditam no trabalho como fonte de realização e na humanidade diante de Deus para saber que d'Ele tudo provém;*

*Ao meu pai Tomé, que se tornou para mim muito mais que um sábio, pois se projetou em minha mente como um exemplo a ser seguido;*

*Ao meu esposo Emanuel, que, com carinho, seriedade e compreensão, divide comigo o mérito desta conquista;*

*Aos meus filhos Daniel, Davi e Luísa, cujas contribuições através do incentivo e presença foram incondicionais e continuarão sendo imprescindíveis em minha vida;*

*Aos meus irmãos Antônio de Pádua, Maria Aparecida, Ênio, Márcia, Júnia e cunhados, pelo estímulo e valiosas sugestões para que eu pudesse incursionar por este novo universo.*

## *AGRADECIMENTOS*

A realização de um trabalho, qualquer que seja ele, sempre é resultado de um grande esforço. Todavia, quando se pode contar com outras pessoas para executá-lo, torna-se mais leve e prazeroso. Na elaboração desta dissertação, pude contar com a colaboração de diversas pessoas, todas muito queridas para mim.

É impossível, em tão exíguo espaço, relacionar e agradecer a todos os que contribuíram para que o presente trabalho pudesse ser concretizado, mas ficam registrados agradecimentos, especialmente:

Sou grata a Deus, por suas riquezas sempre presentes, imutáveis e eternas.

Aos detentos do Presídio de Varginha, pelo respeito, confiança e imensa colaboração que prestaram para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Ao professor Doutor Kleber Prado Filho, orientador deste trabalho, cujos ensinamentos, estímulos e sugestões foram essenciais ao desenvolvimento desta.

Ao professor Doutor Francisco Vani Bemfica, profissional do Direito Penal, em sua luta incansável para que a sociedade reconheça que o valor fundamental é o homem e a sua liberdade, não havendo lugar para a violência pública institucionalizada que é a pena privativa de liberdade.

À psicopedagoga Maria Auxiliadora Pinto Coelho Frota, pela sua sabedoria, que, movida pelo humanitarismo, soube, através de árduo trabalho, desempenhar com eficiência sua função de Secretária Municipal de Educação, implantando o Projeto “Educação de Jovens e Adultos” na Cadeia Pública de Varginha.

À Doutora Vera Lúcia Lemos Rodrigues, pelas valiosas contribuições e amizade ao longo de vários anos.

À Doutora Luciana Vasconcellos Pimenta, pelo apoio e carinho.

Ao estimado professor Doutor Naylor Salles Gontijo, pela colaboração prestada ao disponibilizar amparo e atenção necessários à pesquisa, e que, com sua simplicidade e carisma, nos transmitiu uma parcela de seu notável saber jurídico.



*“De nada vale construir estabelecimentos e mais estabelecimentos para neles recolher todos aqueles contra quem existe mandado de prisão, é preciso pensar numa administração adequadamente preparada, condignamente remunerada, que disponha de pessoal igualmente bem preparado e bem remunerado, a qual, com a colaboração de entidades da comunidade, saiba ajudar o condenado a ajudar-se, dispor-se a se emendar e vir a se reintegrar no convívio social”.*

*Armida Bergamini Niotto*

## SUMÁRIO

Lista de Figuras .....	viii
Lista de Quadros.....	ix
Resumo .....	x
Abstract .....	xiii
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Tema e Problema de Pesquisa .....	1
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	9
1.2.1 Objetivo Geral .....	9
1.2.2 Objetivos Específicos .....	9
1.3 Justificativas e Importância do Trabalho .....	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 Liberdade .....	10
2.2 A Busca da Liberdade Individual .....	12
2.3 Da Pena de Prisão – Histórico .....	14
2.4 Precariedade das Prisões.....	19
3. PANORAMA ATUAL DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE .....	23
3.1 Indicadores de violência e de criminalidade .....	23
3.2 Aspectos socioeconômicos .....	24
3.3 O Desemprego Juvenil.....	26
3.4 Reformulação do sistema de segurança pública.....	29
4. PRESOS – PERDA DA IDENTIDADE E ASSUNÇÃO DO NÚMERO DO ARTIGO DA CONDENAÇÃO .....	32
4.1 Questionamento dos Presidiários: por que as prisões são reservadas aos pobres.....	35
4.2 Assistência aos Detentos – 95% são assistidos por Defensores Públicos .....	37
4.3 Situação Atual das Penitenciárias em Minas Gerais .....	40
4.4 Constituição Federal e o Código de Processo Penal .....	41
5. DETENTOS “CRIAM” LEGISLAÇÃO PARTICULAR .....	45
5.1 Carandiru – O maior Presídio do País – Regido por “Leis Próprias e Particulares”.....	45

5.2 A Falência do Sistema Penitenciário Fechado .....	48
5.3 A Política Penitenciária e a Recuperação do Preso .....	50
6. METODOLOGIA .....	55
6.1 Tipo de Estudo .....	55
6.2 Método de Coleta dos Dados .....	55
6.3 Técnica de Coleta de Dados .....	56
6.4 Questões de Pesquisa .....	56
6.5 Limitações e Dificuldades .....	57
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	59
7.1 Circunstâncias que Levaram os Detentos a Cometerem Delitos .....	59
7.2 Perfil dos Detentos .....	60
7.3 Relacionamento Entre Si .....	67
7.4 Imagem da Comunidade e dos Acadêmicos de Direito em Relação ao Detento .....	67
7.5 Qualidade de Vida com a Educação no Presídio .....	67
8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	77
ANEXOS	

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.5: Uma das principais galerias do Carandiru .....	53
Figura 2.5: Pavilhões do Carandiru .....	54
Figura 3.5: Pavilhões oito e nove do Carandiru – focos da violência.....	54
Figura 4.5: Brasil vive situação crônica de falta de verba para reforma nos presídios .....	54
Figura 5.6: Cadeia Pública de Varginha .....	58
Figura 6.6: Alguns detentos da Cadeia Pública de Varginha .....	58
Figura 7.7: Tipos de infrações cometidas entre homens e mulheres da Cadeia Pública de Varginha – MG .....	61
Figura 8.7: Crimes cometidos anteriormente pelos homens reincidentes.....	63
Figura 9.7: Crimes pelos quais os homens reincidentes estão cumprindo pena na Cadeia Pública de Varginha .....	64
Figura 8: Crimes cometidos anteriormente pelas mulheres reincidentes .....	65
Figura 10.7: Crimes pelos quais as mulheres reincidentes estão cumprindo pena na Cadeia Pública de Varginha .....	66
Figura 11.7: Secretária Municipal de Educação entrevistando um recluso ...	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Situação atual das Penitenciárias em Minas Gerais .....	40
Quadro 2: Situação geral da Penitenciária Néilson Hungria (Contagem-MG) .....	41
Quadro 3: Fundo Penitenciário Estadual – Dotação Inicial e Execução Orçamentária da Despesa 1997/2000 .....	52

## RESUMO

### Introdução

Na presente pesquisa, procuraremos trazer a debate a questão da proximidade ou distanciamento entre a imagem que a comunidade tem do detento e a que ele tem de si próprio. As ciências humanas vêm promovendo, nesses últimos anos, a análise sobre esse tema, não podendo a Psicologia ficar à margem dessa discussão para não correr o risco de tornar-se conivente com tal realidade. Partindo do pressuposto de que a prisão é um confinamento humano onde se reproduzem delinqüentes, pesquisamos os conceitos que a comunidade possui dos detentos e comparamos aos que os próprios têm de si, buscando formas de ressocialização. A pesquisa se fez na Cadeia Pública de Varginha, através de entrevistas com os reclusos.

### Objetivo

Encontrar meios que estimulem os detentos ao encontro com o prazer de viver, identificar o que é relevante no processo de melhoria da auto-estima.

### Metodologia

Para a coleta de dados, utilizamos entrevistas semi-estruturadas, tendo sido entrevistados 94 reclusos, entre homens e mulheres da Cadeia Pública de Varginha, no período de julho a agosto de 2000, na sala do serviço de psicologia da unidade prisional. Através de análise de discurso, estabelecemos um entendimento sobre aspectos importantes para os detentos no que se refere à auto-imagem. Também foram utilizados formulários com perguntas direcionadas aos 240 alunos da Faculdade de Direito de Varginha e 120 pessoas da comunidade local.

## Resultados

A partir do processo de discurso, foi possível compreender que, em seus relatos, os detentos aludem às suas histórias de vida, falam de si, do arrependimento de terem cometido infrações e da esperança de uma nova vida, com a mudança de comportamento. Ao falar da família, deixam transparecer uma contradição: ora a família é boa, ora ela é má. Muitos sofreram o processo de abandono na infância e alguns dizem que por causa da família vieram para prisão e por ela querem sair. O mundo do crime é o meio que encontram para sua inclusão na sociedade. Para os participantes da pesquisa, o criminoso é percebido somente com o trabalho e educação que lhes asseguram reconhecimento pela sociedade. As diferenças entre os que estão dentro da prisão e a comunidade marcam o discurso dos entrevistados, que relatam vivências com o estigma e a desconfiança.

## Conclusões

Ao final, apresentamos algumas sugestões para pesquisas futuras visando a um melhor entendimento entre a população prisional, o sistema carcerário e suas necessidades, que, supõe-se, serão importantes para a prática psicológica nos estabelecimentos prisionais.

Entendemos que essa pesquisa alerta para a premência de se voltar a atenção para o conhecimento sobre o crime, prisão, marginalidade e delinquência. Isso deve ser feito por aqueles que estão diretamente ligados a essa realidade, que não pode ser ignorada pela ciência. Impõe-se, também, a necessidade de uma aproximação entre os detentos e a comunidade, tendo por objetivo a humanização da pena. Para alcançá-lo, uma das condições impostas, é a participação determinada e eficiente de expressiva parcela da

população. Só assim será possível a recuperação e reinserção social do detento.



## ABSTRACT

### Introduction

In this present research, we will try to bring to discussion the topic of the proximity and distance between the image the community has of the prisoner and the one he has of himself. The human sciences have been promoting, in the latest years, the analysis of this theme and psychology can't stay out of this discussion, to run not, the risk of turning connive with such reality.

Supposing that prison is a human confinement where dilinquents reproduce, we investigate the concepts that community has of the prisoners and compare them to those, they themmselves have of them, searching forms of sociality.

The research is done in the public prison of Varginha by means of interviews with the prisoners.

### Objective

Find ways which stimulate the prisoners to have pleasure in living, we try, identify what is more important to turn them more self-respected.

### Metodology

To select these data, we used half-structured interviews, in which 94 prisoners were interviewd (men and women of the public prison of Varginha) in the period of July and August of 2000, in the psychology service room of the prison unit. Analysing the speech, we stablished an undestanding about the important aspects for the prisoners,referring to their self-image.

They also filled forms with questions to the 240 students of the Law School of Varginha and 120 people of the local community.

## Result

Since the process of the speech, it has possible to understand that, in their narrative, the prisoners allude their life histories, talk about themselves, about their regret of having committed violation and the hope of a new life with the changing of behavior. When they talk about their family, they often let it evident that: sometimes the family is good and others it is bad to them. Many of them have suffered the process of abandonment in childhood and some say they have been arrested because of the family and want to go out in reason of them. The world of criminality is the way they find to be included in society. For the participants of the research, the criminal is only perceived with work and education which assure them recognition by society. The differences between those who are in prison and the community, mark the speech of the interviewed, who tell the grasp of the life experience against the stigma and distrust.

## Conclusions

Finally we present some suggestions to future research, viewing a better comprehension between the prison population, the prison system and their necessities, which is supposed to be important to the psychology practice in these institutions.

We understand that this research warns us to the urgency of giving attention to the knowledge of criminality, prison, marginality and delinquency.

This must be done to those who are directly connected to this reality, and mustn't be ignored by science. The proximity between the arrested and community, turns also necessary, having as main objective, humanize the sentence.

In order to reach this necessity, one of the imposed conditions, is an efficient partnership with the population. This is the only way of recuperation and social interaction of prisoners.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Tema e problema de pesquisa

Violência urbana é uma doença contagiosa de causa multifatorial. Pode acometer indivíduos de qualquer classe social, mas é nas camadas mais pobres que ela se torna epidêmica.

Tradicionalmente, as sociedades responderam à violência urbana com o encarceramento. Das masmorras da Idade Média às cadeias de hoje, o sistema prisional pouco evoluiu em sua essência. A presente pesquisa pretende apenas mostrar a extrema complexidade do problema e apontar algumas soluções.

O argumento mais aceito para justificar a violência que se instalou nas grandes cidades nos últimos 30 anos é o da desigualdade social. De fato, sociedades desiguais tendem a se tornar mais violentas. Tal tendência não explica, entretanto, o aumento da violência ocorrido em países como Suécia ou Dinamarca, no mesmo período. Não consegue justificar nem sequer por que, numa mesma família, apenas um dos filhos envereda pelo crime, enquanto os outros constituem vida regular.

Um segundo argumento fala da superpopulação dos grandes centros urbanos, fenômeno ocorrido na segunda metade do século. Quanto menor o espaço individual, maior a agressividade entre os homens, muitos imaginam. No entanto, Tóquio tem mais de 10 milhões de habitantes apinhados em espaços mínimos, e senhoras de idade podem andar tranquilas pelas ruas a

qualquer hora da noite. O pavilhão 5 do Carandiru, em São Paulo, é de longe o mais lotado da cadeia: são 1.600 homens feito sardinha em lata. Nos últimos dois anos e meio, foi assassinado um único preso em suas dependências, número insignificante comparado às mortes que ocorreram nos outros pavilhões, menos populosos.

Outro argumento aponta a impunidade como estímulo para os marginais. Não há como negar que, em sociedades como a nossa, a falta de punição estimule a criminalidade.

Embora programas de repressão do tipo “tolerância zero” tenham sido sucesso parcial em algumas cidades no exterior, é preciso lembrar que a aplicação desses programas só tem sido possível depois de amplas reformas das polícias locais, que tornaram a carreira mais atraente e estabeleceram estratégias enérgicas de combate à corrupção.

A questão da impunidade, no entanto, é indissociável do encarceramento, uma vez que punir alguém significa trancá-lo. A alegação de que lugar de ladrão é na cadeia, aparentemente lógica, não é tão simples de ser aplicada na prática. Senão, vejamos:

1. É muito difícil pôr na cadeia os chamados criminosos de colarinho branco, que servem de péssimo exemplo à população. A justiça brasileira não está preparada para enfrentar esses casos. Ladrões de dinheiro público, por exemplo, costumam ocupar cargos que lhes garantem impunidade legal ou contratar advogados que encontram recursos para tornar seus processos intermináveis.

2. Prender mais não diminui obrigatoriamente a criminalidade. Nunca se prendeu tanto como no Brasil de hoje, e a violência não pára de crescer. No

Estado de São Paulo, o governo atual duplicou o número de vagas nos presídios. Foram todas ocupadas sem qualquer impacto na redução da violência. Se fossem cumpridas as dezenas de milhares de mandados de prisão já expedidos, quantos presídios mais seriam necessários? A que custo?

3. A experiência americana é didática: em 1970, havia um presidiário para cada mil habitantes. Nos 20 anos que se seguiram, o aprisionamento aumentou de tal forma que, em 1990, eram cinco americanos presos para cada mil habitantes.

Nesse período, paradoxalmente, os índices de criminalidade cresceram ano após ano.

Embora na maioria dos casos não existam alternativas à prisão, é importante lembrar que o aprisionamento tem efeito apenas passageiro: o criminoso preso fica impedido de delinquir nas ruas. Quando é libertado, porém, está mais pobre, rompeu laços familiares e sociais e dificilmente encontrará emprego. Além disso, na prisão, estabeleceu conexões mais sólidas com o mundo do crime. A probabilidade de voltar a delinquir será grande, como atestam os baixíssimos índices de reabilitação de nosso sistema penal.

Construir cadeias custa caro; administrá-las, mais ainda. Seria mais sensato investir o que gastamos com elas em educação para prevenir a criminalidade. Mas, como reagir à ousadia dos criminosos que infernizam nossas famílias sem investir milhões em novos presídios e repressão policial, mesmo sabendo que se trata de uma guerra perdida?

Estamos preocupados com esse impasse. Serão necessários investimentos e muitos anos de trabalho educativo junto às camadas nas quais a violência se tornou epidêmica, para que a criminalidade brasileira comece a

diminuir lentamente. A complexidade do problema é tal que requer prioridade do governo e envolvimento eficaz da sociedade em ações comunitárias.

Em prisões brasileiras faltam segurança, educação, saúde, trabalho e até comida para os presos. Também praticamente não há assistência jurídica.

Ao mesmo tempo, sobram denúncias de tortura e corrupção, problemas de superlotação, sujeira e descumprimento da Lei de Execuções Penais, que determina como um condenado deve cumprir sua pena.

A sensação que se tem é que o sistema de prisões que existe hoje é totalmente fora da lei, uma reinvenção do inferno.

Há casos de extrema lotação, como o Presídio Central de Porto Alegre. Onde deveriam estar 600 presos, convivem 2.100.

O trabalho, que para os condenados funciona como uma oportunidade para reduzir a pena (a cada três dias trabalhando, um é descontado do tempo de condenação), é praticamente inexistente.

As enfermarias, quando existem, não têm estrutura para tratar dos presos doentes. As condições em que vivem os condenados favorecem doenças respiratórias e de pele.

É rara a oferta de assistência jurídica, que permitiria a progressão das penas de alguns presos para regime semi-aberto ou liberdade condicional.

O princípio da humanização da pena é um dos postulados da moderna política criminal. O objetivo declarado da execução penal é a reeducação do preso e sua reinserção social, com ênfase na proteção dos direitos fundamentais do condenado ou internado.

A questão criminal está vinculada às políticas sociais. Ela extrapolou dos quadros da técnica jurídica para o contexto das ciências sociais e ciências

políticas, no rumo da instauração de uma justiça penal de caráter social. Chegou-se a definir a política criminal como instrumento de mudança social que busca romper a não comunicação entre planificadores de diversas atividades e setores, voltado para uma só resultante: a justiça social.

No primeiro colóquio<sup>1</sup> sobre política criminal, na América Latina, dava-se-lhe a mesma significação: atividade sócio-política, como parte da política de desenvolvimento social, tendo por finalidade a justiça social penal e a readaptação do delinqüente dentro do contexto dos direitos humanos. Foram qualificadas como uma espécie de "magna carta" as conclusões do IV Congresso da ONU, ao recomendarem a inserção da política criminal nos planos nacionais de desenvolvimento, com vistas à planificação da prevenção do crime e tratamento do delinqüente, para o advento de uma sociedade melhor (*to establish a better society*), mais justa e fraterna.

A Pastoral Penitenciária empenha-se precisamente na proteção da dignidade da pessoa humana do preso e do advento de uma justiça penal de índole social: Pode-se enfatizar, com *Martin Nieto*, esta missão da Igreja, mencionada nos pronunciamentos de *João Paulo II* e *Bernardino de Sandoval*. A atenção primordial da Igreja para os que sofrem uma pobreza radical, disse *João Paulo*, está no cimo das preocupações da Igreja. Os presos pobres são os que têm essa pobreza radical, pois, além da perda dos bens materiais, perderam a liberdade, o que constitui a maior das pobrezaas.

Escreveu *Bernardino de Sandoval* (1564, p. 75):

---

1. MIOTTO, Armida Bergamini, in *Temas Penitenciários*, S.P., 1992.

IV Congresso da ONU – Participaram países norte-americanos, sul-americanos e Europeus.



"Os bispos hão de ser os pais dos pobres, entre os quais não há outro mais triste e mais pobre que o preso encarcerado, ainda que para isso houvera que alienar os bens da Igreja, ainda mesmo os vasos sagrados, pois a alma de um homem há de ser preferida aos vasos e vestidura dedicados a Deus."

É de fundamental importância a existência de políticas sociais, garantindo ao egresso, embora recuperado, seja orientado e assistido na sua reinserção na sociedade. O liberado, ao sair da prisão, continua um inadaptado social, afetado pelos males da prisão, assinalados por *Clemer e Goffmam* (1999). Assim, ainda terá o egresso que se submeter à assistência pós-penal, a cargo do Estado e da Comunidade. É necessário dispor-se de organismos governamentais ou privados capazes de levar ao liberado ajuda pós-penitenciária eficaz, procurando diminuir os preconceitos da sociedade contra o preso. A sociedade tem de ser preparada para receber o egresso. O êxito da assistência pós-penal está na educação geral do público.

A Lei de Execuções Penais, de um modo geral, buscou dar prioridade ao aspecto reeducacional ou recuperativo da pena, deixando em plano secundário o caráter de retribuição da reprimenda. Tal direcionamento se torna mais visível quando constatamos a criação, pelo menos no texto legal, de diversos órgãos responsáveis pela execução penal, como, *v.g.*, os patronatos e conselhos da comunidade (art. 61 da LEP); mais, quando voltamos nossos olhos para a extensa rede de normas reguladoras da assistência que deve ser prestada ao condenado e ao internado (art. 11 da LEP), e assim por diante.

Não é difícil verificar a grande quantidade de boas intenções que permeia nossos regulamentos de execução penal. Mas, até que ponto surtiram efeitos concretos essas aspirações legais? O condenado é tratado a contento em nossas instituições, ou retornamos ao estágio inicial, de considerá-lo mero objeto da ira social, sem embargo das belas palavras e idéias dos legisladores de execução?

E se os dispositivos penais são criticáveis, mais problemático, ainda, é o sistema carcerário.

Já no século XVII, o Abade Beneditino *Jean Mabillon*, em seu célebre *Relatório* ("apud" Goffman, 1999, p. 36), apontava falhas no sistema penitenciário, como ociosidade do condenado, insalubridade, sujeira, falta de ar, falta de luz suficiente, falta de um mínimo de conforto, desrespeito ao condenado durante a execução de sua pena, desigualdade de tratamento entre os internos, promiscuidade; e apontava, também, soluções, todas simples como trabalho conjunto em hortas ou oficinas e colocação em celas individuais.

Respeitadas as proporções, desde a época de *Mabillon*, queremos crer que, tanto os problemas quanto as soluções não se tenham alterado muito. Ou será que várias de nossas cadeias públicas interioranas não passam de depósitos de homens (homens?); ou será que não há corrupção entre os agentes penitenciários e carcereiros, e falta de treinamento adequado deles; ou será que não há ociosidade entre os internos; ou será que um preso nada sofre nas mãos de outros, mais fortes e temíveis? De nada vale a lei se não somos capazes de aplicá-la como se deve, tampouco adianta querer fechar os olhos à triste verdade que nos cerca.

Como bem ressalta *Augusto Thompson* (1993, p. 68), "oficialmente, tem

triste verdade que nos cerca.

Como bem ressalta *Augusto Thompson* (1993, p. 68), "oficialmente, tem prevalência o alvo recuperação, mas não se autoriza seja obtido à custa do sacrifício dos objetivos punição e intimidação".

Importante notar o divórcio entre o discurso legal e a verdadeira face da repressão do sistema penitenciário, entre as realidades das cadeias e o escopo visado pelo legislador. É traço cultural o querer impor sofrimento ao preso, apenas, convém lembrar, que o castigo não é, em si, educativo. A população carcerária vive num clima permanente de rejeição e preconceito por parte da sociedade.

Por outro lado as normas legais não se incorporam ao patrimônio psicológico dos reclusos, porque ficam eles na dependência de um sistema administrativo precário, aleatório, que não oferece condições para um acompanhamento cientificamente trabalhado no comportamento psicológico do presidiário.

Diante desse quadro, mais importante que projetar a imagem irreal do presidiário, faz-se necessário melhor conhecer a identidade sob dois aspectos: da perspectiva da comunidade e da própria imagem que eles fazem de si mesmos.

Tendo em vista tais observações, relacionadas à concepção social do detento, pensamos que o problema de pesquisa deste estudo pode ser assim definido: qual é a imagem que a comunidade de Varginha tem de seus detentos e que imagem eles constroem de si mesmos?

## **1.2 Objetivos da Pesquisa**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

conhecer a imagem que a comunidade de Varginha faz dos detentos, sujeitos deste trabalho, bem como conhecer a imagem que estes fazem de si mesmos.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- a. Comprovar a relevância e a atualidade do problema, através de esclarecimentos teóricos e práticos;
- b. Apresentar respostas a questões controvertidas a respeito dos traços da população carcerária;
- c. Observar e descrever a forma de manifestação da população carcerária;
- d. Checar a evidência dos fatos geradores de conflitos na instituição carcerária.

## **1.3 Justificativa e importância do trabalho**

O presente trabalho se justifica pela necessidade de buscar formas de aproximação entre a comunidade e o recluso, uma vez que essa aproximação contribuirá para sua reabilitação e reinserção na sociedade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Liberdade

De acordo com o dicionário (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1999, p. 1.209), - Liberdade – “Faculdade de cada um se decidir ou agir segundo a própria determinação. Poder de agir, no seio de uma sociedade organizada, segundo a própria determinação, dentro dos limites impostos por normas definidas”.

*Emmanuel Mounier* (“apud” Emília Amaral e outros, 1994, p. 422), após afirmar que “a liberdade tem muitos apaniguados”, acrescenta, mais adiante:

“A liberdade não é uma coisa. Se não existe a liberdade, que somos nós? Joguetes em pleno universo. É esta a razão de nossas angústias. Para apaziguá-las, queríamos surpreender a liberdade em flagrante delito, tocá-la como se toca num objeto, pelo menos prová-la como se prova um teorema; assentar definitivamente em que há liberdade no mundo. Mas em vão. A liberdade é afirmação da pessoa, vive-se, não se vê. Não há no mundo objetivo senão coisas dadas e situações que se cumprem. Por isso, porque não podemos instalar nele a liberdade, procuramo-la nas suas formas negativas; uma ausência de causa, uma lacuna no determinismo. Mas, que posso eu fazer com lacunas?” (Idem Ibidem, p. 422)

A razão sem ela será um zero à esquerda. Segundo *Lydio Bandeira de Melo* (“apud” Francisco Vani Bemfica, 1985, p. 75):

“De que serve refletir, prever o futuro, se não se pode influir sobre ele, preparar os acontecimentos, evitar aqueles atos cujas más conseqüências se prevê? Seria uma crueldade inútil da natureza fazer-nos prever, e sempre, o inevitável”.

O homem através de sua livre vontade e inteligência, como diz *Miguel Reale* (“apud” Francisco Vani Bemfica, 1985, p. 79): “modifica e refaz o mundo”, e “o universo será bom ou ruim, de acordo com aquilo que fizer de sua liberdade”.

*Fustel de Coulanges* (“apud” Francisco Vani Bemfica, 1985, p. 80) sustenta que os antigos não conheciam a liberdade individual. Inteiramente submisso ao Estado, o homem era obrigado por ele a matar o filho, quando defeituoso, o marido a não perdoar a mulher adúltera, e a viúva a não lamentar a morte do marido que morrera em combate para não ofuscar o brilho das comemorações da vitória.

*Montesquieu e Rousseau* (“apud” Francisco Vani Bemfica, 1985, p. 82) entre outros, pregavam a dignidade do indivíduo, com base nos princípios generosos da liberdade.

O fim precípua do Estado é a garantia das liberdades. Se elas não existem, inexiste sociedade politizada.

O homem desenvolverá suas potencialidades submetendo-se à fórmula precisa e categórica de *Carlos Campos* (1995, p. 356), que fecha sua clássica

*Sociologia e Filosofia do Direito*: “Realiza-te de tal modo que a tua realização própria não seja obstáculo à realização de todos e de cada um”.

Vida e liberdade, um binômio indissociável.

*Darcy Azambuja* (1998, p. 18) escreve que uma precisa definição de liberdade se encontra na Declaração de 1789: “A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique a outrem. Assim, o exercício dos direitos naturais do homem não tem outros limites senão os que assegurem aos demais membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites somente a lei poderá determinar. A lei não poderá proibir senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é proibido por lei não pode ser impedido, e ninguém será obrigado a fazer aquilo que a lei não determinar”.

## 2.2 A busca da liberdade individual

A luta em busca da liberdade individual e política é permanente, incessante.

Afirma *Tocqueville*, (“apud” Francisco Vani Bemfica, 1985, p. 82) “Nunca se repetirá bastante: nada existe de mais fecundo em maravilhas do que a arte de ser livre, mas nada há de mais árduo do que a aprendizagem da liberdade. O mesmo não se dá com o despotismo. O despotismo apresenta-se, freqüentemente, como o reparador de todos os males sofridos, é o apoio do bom direito, o sustentáculo dos oprimidos e o fundador da ordem. Os povos adormecem no seio da prosperidade momentânea, que ele faz nascer, e, quando acordam, estão miseráveis. A liberdade, ao contrário, nasce,

comumente, no meio das tempestades; penosamente se estabelece, por entre as discórdias civis, e não é senão quando já está velha que se podem conhecer os seus benefícios”.

O conceito de liberdade para os liberais não coincide com o conceito que dela têm os marxistas, seus maiores opositores, nem com o ponto de vista de outras ideologias, cujos respectivos adeptos acreditam ser os defensores legítimos da liberdade.

Para o socialismo, o homem existe em relação com a sociedade. Seus partidários arremetem-se contra os liberais, cujo discurso para eles a respeito das liberdades individuais não passa de uma falácia a favor dos que detêm o poder econômico. As idéias de Marx influenciaram decisivamente os líderes da revolução russa, em 1917.

Uma alternativa à proposta da ditadura do proletariado é a social democracia, que procura harmonizar os princípios do socialismo com as liberdades democráticas, buscando a igualdade através do Estado, que atenderá as necessidades básicas do cidadão e promoverá o equilíbrio de oportunidades, o *“Welfare State”*.

O liberalismo procura, essencialmente, conciliar o conflito entre o desejo de ser livre e a necessidade de viver em sociedade. Sua proposta básica é a oposição à opressão, venha ela de onde vier. Já o neoliberalismo reduz o Estado às condições mínimas de segurança e justiça, praticamente. Enfatiza a iniciativa privada, preconiza a ausência de interferência governamental na economia, alegando que sua presença desequilibra o mercado.



De qualquer modo, o que se tem visto, na prática, através dos tempos, é que nenhuma dessas ideologias conseguiu trazer ao homem o progresso geral desejado, a paz tão ansiosamente esperada, a justiça para os mais fracos.

Na verdade, existe pouca justiça nas relações sociais e humanas, enquanto a ciência e a tecnologia operam maravilhas no controle da natureza e na produção dos bens, e podemos afirmar que, de certa forma, numa sociedade democrática moderna, a liberdade é o maior “bem” do indivíduo.

### **2.3 Da pena de prisão - histórico**

A pena nasceu com um caráter de religiosidade. A reação grupal era dirigida ao agressor das normas da convivência social. O ato agressivo representava uma ofensa à divindade. Então, impunha-se ao transgressor a perda da paz social, ficando toda a comunidade contra ele, que não recebia mais a ajuda de ninguém e por todos era perseguido.

Mas, essa pena haveria de perder seu sentido aniquilador do indivíduo e a expulsão do condenado do meio social foi substituída pelas penas corporais, pecuniárias e pelo desterro.

Se até aí o direito de punir era conferido à casta sacerdotal e seu exercício era restrito à iniciativa individual, a lei, depois, passou a determinar o conteúdo da pena, como a de talião, aplicada pelo juiz, com autoridade própria, extinguindo-se o poder do grupo familiar e sacerdotal.

Com isso, o caráter sacro da ofensa desapareceu, e a pena passou a ser, efetivamente, aplicada como castigo, surgindo, de modo preponderante, as penas de morte e corporais.

Isso não passou despercebido nem mesmo pelo Direito Canônico, que, pela expiação, procurava obter o arrependimento do infrator, considerado pecador.

Daí surgirem os tribunais da Inquisição, no século XIII, a persistirem até o início dos tempos modernos, com processos sumários, sem defesa do acusado e, na sua execução, com a morte do herege na fogueira ou por estrangulamento e com requintes de torturas e confiscos de bens. São conhecidos os “espetáculos” medievais de poder nos quais a morte é publicamente multiplicada em procedimentos de destruição do corpo do condenado, que expressavam a “vingança do rei”.

Do século XV em diante, com o advento das idéias liberais, notadamente com a Revolução Francesa, no século XVIII, apareceram as teorias absoluta, relativa e mista sobre a pena.

Para a primeira, a pena visa à satisfação de uma exigência absoluta de justiça: “punitur quia peccatum est” – punir o que é pecado. Segundo *Francisco Vani Bemfica* (1985, p. 92) “O crime é um mal e a pena é um mal correspondente”.

Seus defensores maiores foram *Emmanuel Kant*, *Jorgem Guilherme, Hegel*, entre outros, para os quais o importante era punir, ainda que seu objeto fosse apenas servir à justiça. Kant era um moralista inflexível, de fundo místico, como diz *Carlos Campos* (1943), e era natural que compreendesse a pena como um imperativo categórico.

A teoria relativa, também chamada utilitária, justifica a pena pelo seu fim utilitário: “*punitur ut ne peccatur*” – punir para que não volte a pecar.

Representam-na *Jeremias Bentham, Anselm Von Feuerbach e Gian Domenico Romagnosi*, criadores de uma doutrina penal liberal, nos quais se inspiraram *Francesco Carrara, Karl Binding* e outros. Para eles, a pena não é castigo. É necessidade social. Existe porque é útil. Condena-se para que não haja mais crime. Só o fato de haver uma lei punindo representa uma ameaça individual e coletiva. E, se aplicada, a coação psíquica é maior e maior é a sua intimidação.

A última procura conciliar as duas primeiras: “*punitur quia seccatum est et ne peccatur*” – punir porque é pecado e para que não volte a pecar. Harmoniza seus objetivos diferenciais, acolhe suas afirmações essenciais e propugna por substitutivos penais menos rigorosos, com vista à prevenção do crime e com base na periculosidade do criminoso. São seus representantes *Pelegrino Rossi, Franz Von Liszt* e outros, e de sua criação é a Escola de Política Criminal, que fundou e patrocinou a União Internacional do Direito Penal<sup>2</sup>.

Passando pela Escola Clássica, cujo representante é *Francesco Carrara*, a Positiva, com *Enrico Ferri, Cesare Lombroso e Raffaele Garofalo*, a Terceira Escola, com *Emmanuele Carnevale* e *Francesco Alimena*, além, da Escola Moderna Alemã, com *Franz Von Liszt* e *Sdolf Prins*, a Escola Correccionalista da Espanha representou uma idéia que despertou interesse no

---

2. União Internacional do Direito Penal – Criada pela Escola de Política Criminal, representada por *Pelegrino Rossi, Franz Von Liszt* e outros, com o objetivo de amenizar as penas no Direito penal.

mundo jurídico penal, sobretudo nas pessoas extraordinárias de *Dorado Montero e Concepción Arenal*.

Do primeiro, é a obra "*El Derecho Protector de los Criminales*", publicada em 1915; do segundo, a tese "*Estudios Penitenciários*", publicados em Madri, em 1895.

*Dorado* entende que o crime revela o estado moral débil do infrator, que é incapaz de governar-se moralmente, e que a delinqüência é causa limitadora da capacidade real, logo, da capacidade jurídica dos indivíduos, razão pela qual são inferiores tutelar, em virtude de sua situação de inferioridade. Assim, a situação de perigo do infrator deve ser corrigida não como um ação retributiva.

E sentencia que cabe aos indivíduos capazes, levantar os criminosos, que são, por isso mesmo, débeis, ajudando-os, porque é dever da sociedade e do Estado propiciar-lhe um tratamento visando a sua reabilitação. Destarte, a pena seria, ao mesmo tempo, medida recuperatória do criminoso e de prevenção social, evitando novos criminosos. Prega essa Escola a pena indeterminada e a criação de instituições complementares.

*Dorado* ("apud" Francisco Vani Bemfica, 1985, p. 98) concentra todo seu pensamento no livro "*Bases para um nuevo Derecho Penal*", entendendo, em suma, inútil a punição do criminoso, ao qual se devem aplicar apenas medidas de proteção, como se aplicam aos enfermos, loucos, alcoólatras, epilépticos e menores abandonados. Foi isso que propôs sua tese no Congresso de S. Petersburg, em 1872, sustentando que não há delinqüentes incorrigíveis, mas, sim, incorrigidos, tudo dependendo do tratamento adequado de sua personalidade.

De maneira geral, o discurso clássico da criminologia apresenta um tom bastante moralista dando ênfase a uma “natureza perversa do ser humano”, às figuras do criminoso, da delinqüência, da periculosidade que eles representam para a sociedade, colocando a necessidade de correção dos desvios de conduta dos transgressores, o que, de certa forma, legitima as práticas carcerárias vigentes. A partir do próximo item, buscaremos tratar as questões da violência, da criminalidade e do sistema carcerário em termos atuais, focando a análise no contexto específico de Minas Gerais, tomando por base informações da mídia, de órgãos oficiais de segurança do estado, de livros, textos, pesquisas e artigos atualizados produzidos em torno deste contexto, além de informações retiradas do censo penitenciário realizado no estado em 2000.

É o cárcere a antítese da liberdade. Quando ilegal, fere a consciência da sociedade, que é o conjunto das consciências individuais, que compõem a unidade social.

Se a prisão legal pode representar um mal necessário, segundo a maioria dos autores, a ilegal, mais do que o infrator, é um mal mais reprovável, porque é fonte de corrupção e de incremento da criminalidade.

Aliás, do modo como a pena é cumprida no Brasil, a prisão não só é inútil, mas, sobretudo, causa de aumento considerável do orçamento do País e do enfraquecimento da defesa social.

A prisão é a privação do “*jus libertatis*” – direito de liberdade –, o enclausuramento do homem. Desde os tempos remotos, representou uma sucursal do inferno, com as masmorras e subterrâneos, em que os acusados

eram amontoados, aí ficando sem tempo determinado à espera da condenação e da execução.

Ela também existiu na Idade Média e foi admitida pelo Código Canônico, para o qual as celas eram lugares para que os acusados cumprissem a penitência, reconhecessem a sua culpa e se arrependessem.

Os cárceres foram sempre cruentos, e os acusados sujeitos ao arbítrio dos detentores do poder.

Como afirma *Henry Goulart* ("apud" Francisco Vani Bemfica, 1985, p. 103), "Não importava a pessoa do acusado, sua sorte ou a forma como era encarcerada. Praticamente empilhados em infectos calabouços, permaneciam juntos delinqüentes de toda classe, loucos, mulheres, crianças e anciãos, na mais completa violação da dignidade humana".

Não tem havido prisão sem grande sofrimento. Ela é a mais humilhante e odiosa condição de vida. É tormento, insegurança e selvageria. Seu ambiente é sórdido, tornando o preso sempre pior, notadamente pelos maus tratos físicos e morais, que chegam a suprimir no preso até o desejo de viver.

## 2.4 A precariedade das prisões

O sofrimento não é fonte de amor. Por isso, o preso é capaz de matar, de vingar, de praticar turbulência e motim. Já no momento em que o homem entra no presídio, perde ele a noção de seu valor. Ninguém é mais abandonado, mais desprezado e mais sofrido do que aqueles que vivem nos presídios. O povo os ignora. Depois, o próprio juiz que julga o infrator, raramente o vê ou pergunta por ele. E o promotor, que é o seu curador,

acompanha o juiz, desinteressando-se pela sua sorte, muitas vezes. Esse desinteresse seguramente tem sua origem ou razão de ser na impotência de se poder fazer alguma coisa em favor do preso em face de falta de estrutura na busca de sua recuperação e reinserção no meio social.

É oportuno *Ubirajara Rocha* (1968), quando diz que “o prisioneiro vê esfumar-se a seus olhos tudo o que é nobre e belo, tudo o que é puro e de valor da vida. Tal acontece sobretudo porque atravessa os dias e as noites sob o império de brutais formas morais e físicas de atemorização. A imposição de férreos postulados e dispositivos disciplinares ameaça e geralmente termina por dissolver fragmentariamente sua personalidade, aniquilando as qualidades mais elevadas do ser humano”.

Na cadeia não há regeneração. Não existe tratamento penal, bondade, generosidade e sentimento de humanidade. Há, sim, feridas que se abrem no corpo e na alma do prisioneiro, que logo adoece pela falta de sol, de alimento, de assistência médica e religiosa.

O estado das prisões, em todos os tempos e em todos os Estados, sempre foi o mais precário.

Também *Oscar Wilde*, poeta e artista, sofreu na prisão a sua desventura, solidão e desespero. Em seu livro “The ballad of Reading gaol”, fala dos horrores do cárcere e os seus efeitos maléficos, que matam no homem os bons instintos, tornando-os quase sempre perversos, revoltados contra as leis humanas.

Quanto à pena de prisão, pouco se fez, no Brasil, em favor do criminoso ou de sua regeneração. A situação miseranda das nossas cadeias e penitenciárias, em nosso vasto território, está a exigir um trabalho sério,

partindo de um sistema penitenciário uniforme para todos os Estados e em moldes novos. É tempo de acompanharmos os povos mais civilizados, realizando uma ampla reforma da lei penal e penitenciária.

Nossas cadeias são infectos depósitos de presos. E mesmo que se assim não fossem, a pena de prisão, como instrumento de luta contra o crime, representa um malogro, uma vez que não reforma ninguém, quer seja de curta ou de longa duração. O isolamento é antinatural, porque o delinqüente perde suas atividades naturais, a companhia de seus familiares e amigos, tornando-se mais anti-social, com maiores conseqüências para a defesa social.

E a prisão leva anomalia à psique do prisioneiro, que não mais se readapta, porque a prisão é brutal, privando o homem de tudo, inclusive do contacto social, da vida sexual normal; e lhe impõe a solidão, a indolência forçada, a falta de instrução e de trabalho, a certeza de uma associação íntima com outros infratores, das surras, flagelações e solitárias, que “ainda constituem os instrumentos disciplinadores fundamentais”, como sustenta *Henry Goulart* (1922, p. 38).

Com isso, vê-se que, de fato, a pena com prisão não tem ajudado, principalmente no Brasil, a luta contra o crime. É mister que se cuide do homem que delinqüiu.

A doutrina brasileira vem aceitando o sentido retributivo da pena, na teoria completado pelo da prevenção, como que pretendendo um equilíbrio entre os dois objetivos. Na prática, a realidade é outra: a pena tem um caráter absoluto de expiação e castigo, trazendo, como conseqüência, o aumento da criminalidade. Condena-se o criminoso pelo que ele fez, porque nada se exige na apuração científica do motivo que o levou a delinqüir e de sua



personalidade. Assim foram o Código Criminal de 1930 e o Código Penal de 1890.

Assim é o Código Penal de 1941, que nenhum subsídio obteve com o Anteprojeto de *Nelson Hungria*, publicado em 1963, nem do Código Penal de 1969, que não chegou a entrar em vigor.

A prisão-albergue, prevista no Código Penal, representou, na legislação brasileira, um avanço no Direito Penal, entendendo seus inspiradores que a pena de prisão continua sendo um fator criminogênico, uma escola oficial do crime, como afirma *Alípio Silveira* (1973). Na definição de *Evandro Lins*, “jaula reprodutora de delinqüentes.”

### 3. PANORAMA ATUAL DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE

#### 3.1 Indicadores de violência e de criminalidade

*“Se consideramos o período como um todo, de 1986 a 1997, Minas Gerais tem assistido a um significativo aumento de suas taxas de criminalidade violenta. Em 1986, a taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes era de 98, chegando ao final do período, em 1997, com uma taxa de 193, o que corresponde a um aumento de quase 100% na incidência da criminalidade violenta. Em termos absolutos, o salto foi de 14.122 ocorrências em 1986 para 32.477 ocorrências em 2000” (Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, 6/6/2000).*

Os dados acima foram retirados do estudo “Criminalidade Violenta em Minas Gerais - 1986 a 2000”, produzido em parceria pela Fundação João Pinheiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Polícia Militar de Minas Gerais. O mesmo estudo destaca que o crescimento da criminalidade acentua-se a partir de 1991 e aponta o Triângulo Mineiro, a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o Vale do Rio Doce como regiões onde o fenômeno se concentra.

Dados mais recentes, amplamente divulgados por jornais de grande circulação, comprovam o crescimento das ocorrências registradas pelas polícias em todo o Estado. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, até o

dia 8 de maio do corrente ano, foram registrados em Belo Horizonte 231 homicídios, contra 197 registrados no mesmo período do ano passado, fato que aponta para um aumento de 17,5% no número desses crimes.

A violência e a criminalidade não se restringem à Região Metropolitana de Belo Horizonte e às grandes cidades do interior: praticamente todas as comunidades são afetadas pelo crescimento dos atos criminosos. De acordo com o Anuário de Estatística Criminal da Secretaria de Segurança Pública, relativo ao ano de 1998, foram registradas no Estado 562.123 ocorrências que incluem crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, tráfico de drogas e outros. Dessas ocorrências, 75,5% foram registradas no interior do Estado,

### **3.2 Aspectos socioeconômicos**

Existe consenso acerca do constante aumento da criminalidade, seja no Estado de Minas Gerais, no Brasil e no mundo todo. O fenômeno ocorre tanto nos países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental e da América do Norte, quanto naqueles em que as condições econômicas e sociais da população são bastante precárias, como é o caso de vários países africanos, asiáticos e sul-americanos.

O mesmo consenso não ocorre quando se trata da discussão das causas desse aumento e das medidas necessárias para reversão do quadro existente. A associação entre a pobreza e a desigualdade social e o crescimento dos indicadores de criminalidade e de violência, por exemplo - tese que para muitos parece óbvia -, tem sido contestada por órgãos públicos e por meios acadêmicos.

Deve-se, no entanto, ressaltar que as causas do aumento da criminalidade e a prevenção do crime têm sido há muito tempo objeto de atenção da Organização das Nações Unidas, que, a cada cinco anos, a partir de 1955, tem promovido congressos para discutir a questão<sup>3</sup>.

Supondo-se que os documentos da ONU possuam ampla representatividade, dado o contexto em que são discutidos e o envolvimento de especialistas de renome mundial em sua elaboração, acreditamos ser interessante reproduzir a opinião daquela organização acerca da relação entre criminalidade e fatores sociais: "Apesar de os problemas de criminalidade não poderem ser atribuídos de uma forma apenas estritamente relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, o crescimento da economia e o crime estão interrelacionados em vários fatores diretos e indiretos. Em países pobres, um maior número de pessoas são pressionadas a se engajar em atividades criminosas como uma forma de sobrevivência econômica. Por essa razão, em muitos países em desenvolvimento, existem grupos criminosos relativamente grandes, prontos para usar de violência na busca de rendimentos ilegais. Em alguns países, uma cultura da miséria incorpora alcoolismo, abuso de drogas, abandono infantil e altos índices de violência, incluindo a que se pratica contra as mulheres e as crianças. *Nesse contexto, não deveria ser uma surpresa o fato de que o nível de criminalidade seja inversamente relacionado à influência da sociedade*"<sup>4</sup>.

---

3. O X Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Reabilitação de Criminosos aconteceu em Viena entre os dias 10 e 17 de abril do corrente ano e teve como tema "Crime e justiça: enfrentando os desafios do século 21.

4. United Nations, Economic and Social Council, Commission on Crime Prevention and Criminal Justice: Strategies for Crime Prevention - discussion paper. Vienna, 27 April -6 May 1999, § 17

O Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos também se manifestou sobre a relação entre pobreza e criminalidade: ... *“é necessário enfatizar o aspecto de que pobreza, desemprego, condições precárias de moradia, desintegração familiar e falta de opções de lazer estão associados com condutas delinqüentes”* (documento citado, § 60).

Percebe-se, portanto, que, apesar de ser ponto sujeito a polêmicas, não se pode descuidar da questão social quando se trata da prevenção da criminalidade. A implantação do chamado modelo político e econômico neoliberal, ao preconizar a diminuição da atuação do Estado, se levada a cabo com êxito e sem contestação, contribuindo para o fim das políticas sociais que mais beneficiam as camadas desfavorecidas, poderá ter forte impacto na diminuição dos indicadores de violência e de criminalidade.

O combate à criminalidade, nos termos das propostas da ONU, passa pela melhoria de condições materiais de existência da população, a partir da premissa de que medidas não-punitivas apresentam melhor relação custo/benefício do que as estritamente relacionadas com os fatores repressivos, como é o caso da expansão da rede de estabelecimentos penais. Esse combate deve abranger ainda ações internacionais coordenadas, para coibir o crime transnacional, e o combate a todas as formas de corrupção e lavagem de dinheiro, para tornar pouco atraente o ato delituoso.

### 3.3 O desemprego juvenil

Na busca de popularidade, Fernando Henrique Cardoso enfatizou, em tom de calamidade nacional, o Plano Nacional de Segurança, com 124 medidas.

A imensa maioria delas, previsíveis e, no papel, corretas, mas embaladas em *marketing*. Vieram só no segundo mandato presidencial, embora já estivessem delineadas desde 1994, como promessa de campanha.

Apesar de as cifras baterem nos bilhões, o dinheiro é pouco, para enfrentar o volume da criminalidade – uma tarefa que, a rigor, está nas mãos dos governadores, administradores de uma polícia escassa, mal remunerada e, muitas vezes, corrupta ou associada ao crime organizado.

Apesar de lançar medidas de prevenção, voltadas à educação ou à iluminação de ruas, sobressaiu, no debate gerado pelo plano, a ênfase à repressão. Compreensível: a opinião pública acredita que, aumentando o contingente policial, a criminalidade vai despencar rapidamente. O que é, em parte, verdade, mas uma ilusão. Uma estatística, em especial, pouco divulgada mostra o desemprego juvenil na faixa dos 15 aos 24 anos.

Quem não levar em conta essa estatística vai estar ludibriando os cidadãos. Passamos a apresentá-la:

Todos sabemos que o desemprego aumentou. Mas pouco se sabe, em detalhes, que ele aumentou espantosamente entre os jovens. Basta observar o perfil dos presos.

Tomemos o caso da região metropolitana de São Paulo, segundo o IBGE. De 1979 até 1998, o desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos cresceu 543,9%. Arredondando: quase sete vezes.

Em 1979, a taxa nacional de desemprego nesse segmento era de 5,6% e, em 1998, 27,9%. Um em cada três jovens está desempregado.

Traduzindo mais claramente: se, em 79, tínhamos 78 mil jovens desempregados, hoje eles beiram os 700 mil. Para entender melhor,

visualizemos dez estádios do Morumbi, com jovens frustrados e sem perspectivas, marginalizados.

Nesse período de quase 20 anos, o número de vagas oferecidas para essa faixa etária caiu 3,2%.

*“Com a mudança da economia, reduziram-se vagas que, tradicionalmente, absorviam a mão-de-obra juvenil com baixa qualificação”, afirma Márcio Pochmann (“apud” Jornal O Globo, 17/10/2000, p.11), economista da Unicamp, que acaba de lançar o livro “A Batalha pelo Primeiro Emprego”.*

Diante dessa avalanche de marginalidade, retratada em seu livro, ele defende que os governos desenvolvam projetos de renda mínima às famílias para estimular o jovem a ficar mais tempo na escola. A tendência em São Paulo é seguida em todas as regiões metropolitanas brasileiras. No Brasil, de 1989 a 1998, os desempregados de 15 a 24 anos triplicaram: saltaram de 1 milhão para 3,3 milhões.

A forte influência do desemprego juvenil é notável a partir de uma simples comparação de estatísticas. Novamente pegamos o caso da região metropolitana de São Paulo, onde, do final da década de 70 até hoje, a população saltou de 10 milhões para 17 milhões de habitantes. Em 1975, quando o desemprego geral era de 5,6%, a taxa de homicídio chegava a oito por 100 mil. Visto com as lentes atuais, era como se vivêssemos no paraíso. Em 1999, o desemprego, na média, é de 8,3% e a taxa de homicídio, 66 por 100 mil habitantes.

Os homicídios cresceram, como se vê, sete vezes – várias vezes mais do que o índice médio de desemprego. A população inchou 70%, a renda por

habitante evoluiu; a cidade, portanto, está mais rica, os salários, maiores. O que acompanha a linha de assassinatos é a linha de desemprego juvenil: saltou quase sete vezes. Ou seja, o homicídio cresceu sete vezes, e o desemprego na faixa dos 15 a 24 anos, oito vezes.

Seria uma irresponsabilidade fazer uma ligação automática entre desemprego juvenil e a criminalidade. Há mais fatores em jogo. Por exemplo: a impunidade, a indigência da polícia, a pobreza das escolas públicas, a proliferação do uso das drogas, a falta de lazer, a carência do sistema judiciário, a falta de justiça, a migração caótica, a selvageria das prisões. Mas, com absoluta certeza, pode-se dizer que, sem medidas para garantir ao jovem meios de ingressar no mercado de trabalho, qualquer plano de segurança não é plano nem, muito menos, plano seguro.

### **3.4 Reformulação do sistema de segurança pública**

Um aspecto específico no combate à violência e ao aumento da criminalidade diz respeito à reformulação do sistema de segurança pública interna.

O chamado sistema de segurança abrange vários momentos e situações da vida em sociedade, incluindo policiamento ostensivo, de natureza preventiva, a investigação de delitos e de crimes, o julgamento de supostos autores desses delitos, o cumprimento das medidas punitivas determinadas e a reintegração do indivíduo ao convívio social.

O policiamento ostensivo, a cargo das polícias militares, tem natureza preventiva e visa inibir a prática do ato criminoso. Dados encaminhados pela



Polícia Militar de Minas Gerais à Assembléia Legislativa indicam a crescente demanda por intervenções da polícia ostensiva: em 1995, foram registradas 1.353.878 ocorrências; e, em 1999, foram registradas 2.355.358, o que representa um acréscimo de 73,8% em um período de apenas quatro anos.

A investigação de delitos e outras atividades correlatas são previstas na Constituição como sendo de competência da Secretaria de Segurança Pública. Entre essas atividades incluem-se a elaboração de perícias diversas e o licenciamento de veículos. Dados do relatório de Auditoria, produzido pela Secretaria de Estado da Fazenda para o exercício de 1999, indicam a ampla demanda por ações do poder público nesse setor: foram realizadas 212.308 ações policiais e administrativas, 33.771 perícias, e o DETRAN emitiu 3.659.456 documentos diversos.

Importante também é ressaltar que dessas ocorrências e investigações resultam grandes pressões sobre os sistemas judiciário e penitenciário. Sabe-se que grande parte das ocorrências registradas pela Polícia Militar não gera inquéritos na Polícia Civil, e que uma parcela dos inquéritos acaba arquivada, por motivos os mais diversos. Mesmo assim, um número cada vez maior de processos é remetido ao Poder Judiciário, o que, por sua vez, implica o aumento das condenações a penas restritivas de liberdade, sobrecarregando o já insuficiente sistema penitenciário do Estado.

Todos esses fatos e indicadores apontam para a necessidade urgente de ações voltadas para o sistema especializado em segurança pública. Essas ações não se confundem com as intervenções socioeconômicas, de natureza

preventiva, que continuam sendo as mais eficazes na prevenção, a médio e longo prazos, da criminalidade.

É urgente, portanto, que o sistema especializado seja dotado de recursos materiais e humanos para que suas atribuições possam ser executadas a contento, conforme acreditamos serem as aspirações da maioria do povo mineiro.

#### 4. PRESOS - PERDA DA IDENTIDADE E ASSUNÇÃO DO NÚMERO DO ARTIGO DA CONDENAÇÃO

A vida atrás dos muros e grades das penitenciárias, que costuma só chegar a quem está fora através da cobertura jornalística de rebeliões, vai além da superlotação, ociosidade, punições denunciadas e direitos reivindicados. Há pessoas “reduzidas” aos números do prontuário e do artigo da condenação com comportamentos estereotipados: a imagem completa do corpo refletida no espelho é evitada, as relações são utilitárias, o cigarro tem o poder de dinheiro, a autotatuagem é a marca de uma ordem impenetrável pelos de fora, a maconha é necessária e o retrato da mãe tem espaço reservado na parede do confinamento. São alguns fragmentos dos estudos realizados pela psicóloga criminal *Norah Medeiros*, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) e do Centro de Estudos Avançados de Psicologia (Ceap).

Durante os dez anos em que trabalhou em penitenciárias, a estudiosa analisou mais que comportamentos. Concluiu que as pessoas são “marcadas para entrar” na prisão e assumir a “identidade” de não cidadão. A “inevitabilidade”, segundo ela, paira sobre um conjunto iniciado com a letra P – Pobre, preto e prostituta – que, não por acaso, fortalece o estigma criminal das camadas empobrecidas. E resvala no próprio policial (outro pê), que é tratado com desconfiança pela sociedade.

Para *Norah Medeiros* (“apud” Jornal “O Globo”, 16/10/2000, p.4) “Todo aquele ou aquela que não se enquadra no padrão e normas da cultura dita civilizada paga preço alto”. Dentro desta linha, ela cita ainda as “tendenciosas”

justificativas sociais da delinquência.

Aquelas que começam pela mãe solteira, local onde mora, famílias descompostas, subemprego, e chegam até a “crença na inferioridade” dos “pês”. Na linha de inevitáveis presos, *Norah Medeiros* conta ter encontrado aberrações. A mais gritante foi a de um ladrão de dois frangos, que estava cumprindo pena há cinco anos.

A psicóloga teve a oportunidade também de acompanhar a passagem de um homicida de poder aquisitivo e formação universitária – perfil raro na prisão. A “barra” pesa. “Se o camarada dá azar de cumprir pena junto com os demais, ele paga o pato. Teoricamente existe na prisão uma coisa chamada cela especial, mas é muito complicado. Ele passa a vivenciar uma mesma realidade social do grupo e vira bode expiatório da burguesia bem-sucedida”, afirma. “Todo mundo, incluindo funcionários, passa a ter vida de cadeia”, reforça.

Outra questão complicada na prisão é a sexualidade. A crença de que as curras estão sempre ligadas à tensão sexual é contestada por *Norah Medeiros* (“apud” *Jornal Hoje em Dia*, 16/7/2000, p.19). A relação de poder é que passa a comandar também o sexo: “A pessoa que está ali dentro só tem o corpo e o calção. Ela submete o corpo do outro, o relega a uma situação de total constrangimento”. A relação de poder, explica ela, é que predomina também entre internos homossexuais, que teoricamente teriam relações afetivas. “Cada subgrupo tem um xerife, que se impôs como tal. Ele tem um namorado, que é geralmente um jovem imberbe e mais bonito”, descreve. “Não é fácil sair da vida de cadeia. O nível de reincidência está ligado desde a impossibilidade de o sujeito viver neste mundo livre sem grana e sendo um

não-cidadão até a impossibilidade real de que isso venha a acontecer”.

Para *Goffman* (1999), a barreira que as instituições totais colocam entre o detento e o mundo externo assinala uma mutilação do eu. Na vida civil, a seqüência de horários decorrentes dos papéis do indivíduo, tanto no ciclo vital quanto nas repetidas rotinas diárias, assegura que um papel desempenhado não impeça sua realização em outras funções. No entanto, o preso descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo. Geralmente o processo de admissão também leva a outros processos de perda e mortificação. Muito freqüentemente, verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter uma história de vida, tirar fotografia, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções.

Quando um cidadão é preso, faz parte do rito de sua entrada à prisão a colocação de apelidos. O processo de admissão do preso pode ser caracterizado como uma despedida e um começo, e o ponto médio do processo pode ser marcado pela nudez, segundo *Goffman* (1999, p. 29). Evidentemente, o fato de sair da sociedade exige uma perda de propriedade, o que é importante, porque as pessoas atribuem sentimentos do eu àquilo que possuem. Talvez a mais significativa dessas posses não seja física, mas o nosso nome; qualquer que seja a maneira de ser chamado, a perda de nosso nome é talvez a maior mutilação do eu.

No dizer de *Goffman* (1999), de modo geral, o preso nunca está inteiramente sozinho; está sempre em posição em que possa ser visto e,

muitas vezes, ouvido por alguém, ainda que apenas pelos colegas do cárcere. As celas de prisão com barras de metal como paredes permitem essa exposição.

Entre os detentos de muitas instituições totais, existe um intenso sentimento de que o tempo passado no estabelecimento é tempo perdido, destruído ou tirado da vida da pessoa; é tempo que precisa ser "apagado"; é algo que precisa ser "cumprido", "preenchido" ou "arrastado" de alguma forma. Nas prisões e nos hospitais para doentes mentais, uma afirmação geral quanto à adaptação da pessoa à instituição pode ser apresentada através da maneira de "passar o tempo": se isso é coisa penosa ou leve. Este tempo é algo que foi posto entre parênteses na consciência constante, e de uma forma que dificilmente se encontra no mundo externo. Por isso, o internado tende a sentir que durante a sua estada obrigatória - sua sentença - foi totalmente exilado da vida.

#### **4.1 Questionamento dos Presidiários: por que as prisões são reservadas aos pobres**

A prisão pode ser o destino de políticos e empresários criminosos, pessoas de quilate criminal "parecido" e vida bem diferente de boa parte das quase 200 mil que cumprem pena no país. Mas a possibilidade de futuro continua por vir. Enquanto engatinha, a vida é tensa do outro lado do muro. Não dá para fazer passeata. O nome lá é rebelião. Não é coisa de pouca gente. Só nas penitenciárias da Secretaria de Estado da Justiça de Minas são 4.159 presidiários (dado oficial do dia 8 de julho de 2000), afora os sete mil

presos que “mofam” em delegacias e similares da Secretaria de Segurança Pública. Nesta conta estão para entrar ainda os 47.000 mandados de prisão a serem cumpridos só em Minas. Autoridades apontam a carência de 12 mil vagas nos presídios mineiros. E a pergunta de quem está trancafiado é a mesma em pelo menos 181 dos 257 países existentes no mundo: “por que as prisões estão cheias de pobres?”.

A indagação é destacada em um informe recém divulgado pelo Vaticano (“apud” *Jornal O Globo*, 16/10/2000, p. 3), baseado em relatórios distribuídos por capelães em prisões dos respectivos países. Está presente em 81% das respostas dos internos relacionadas no resumo de dois anos de trabalho sobre as condições carcerárias, que aponta como primeira causa de detenção a venda de drogas (26%), seguida pelo roubo (15%). Sabe-se os crimes mais comuns, mas não existem estatísticas destinadas a traçar o perfil socioeconômico dos presidiários.

Mesmo assim, o predomínio absoluto de pobres encontra também eco no meio jurídico, entidades ligadas à defesa dos direitos humanos e estudiosos.

Segundo a psicóloga *Norah Medeiros* (“apud” *Jornal O Globo*, 16/10/2000, p. 4), “mofa” atrás das grades gente sem “cifrões” suficientes para pagar advogados, que, ao contrário de acusados “ilustres”, não tem dinheiro para evitar ou adiar a ida ou não para a prisão. No segundo caso, quando se chega à condenação definitiva, a assistência jurídica particular consegue reduzir - e bastante - o tempo por lá. *Hermes Zilchez Guerrero* (“apud” *Jornal O Globo*, 16/10/2000, p. 5) reconhece que a liberdade chega mais rápido quando o preso tem quem interceda profissionalmente por ele.

Ter dinheiro e bens é um bom começo. A chamada imunidade patrimonial é uma das garantias apresentadas pela defesa para evitar a prisão provisória do acusado rico. Só depois de uma “bagatela” de recursos admitidos pela lei – etapa arrastada por anos – chega-se a uma sentença definitiva. (Guerrero “apud” Jornal O Globo, 16/10/2000, p. 4) o problema é que “a clientela criminal é absolutamente miserável: Noventa e cinco por cento, e isto é dado do Ministério da Justiça, estão nas mãos da Defensoria Pública”, revela. Ou seja, somente 5% dos acusados têm poder aquisitivo para contratar um advogado.

#### **4.2 Assistência aos detentos - 95% são assistidos por defensores públicos**

Defensores públicos e assistentes jurídicos são os profissionais mais “esperados” por 90% a 95% dos que estão atrás dos muros e grades das prisões. É uma multidão considerando a estimativa nacional de 200 mil. Só nas unidades da Secretaria de Estado da Justiça de Minas são 4.159. Uma “clientela” que fica basicamente por conta dos 45 advogados do órgão que atuam como assistentes jurídicos. A proporção só é um pouco melhor na Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira, onde 18 profissionais acompanham a maioria dos 40% já condenados entre os 650 internos. Na unidade, subordinada à Secretaria de Segurança Pública, estima-se em 10% os que contam com advogado.

Seu diretor destaca que normalmente os poucos presos a contarem com assistência particular são os acusados ou condenados por tráfico de drogas.



Eles dividem com o pessoal dos artigos 155 (furto) e 157 (roubo) a liderança entre os crimes ou acusações mais comuns entre os presos na casa de detenção. Ele alega ficar “penalizado” com o esforço que pessoas próximas aos internos fazem para tentar garantir a eles defesa jurídica particular. “Em alguns casos, a família tira do próprio sustento para pagar advogado”, ressalta. No mais, a “relação” é formal. Não dá nem para o “muito prazer”. A prática comum da assistência gratuita – geralmente guarnecida por fax e correspondências oficiais – é só conhecer pessoalmente a outra parte na hora da audiência.

Um esforço concentrado nas comarcas do interior está sendo feito pela Defensoria Pública, que tem um total de 520 profissionais na ativa. Ali se afirma que o preso costuma ser melhor atendido por ela do que por advogados particulares “devido à dedicação extremada dos defensores”. Essa avaliação, no entanto, exige a onipresença dos defensores diante dos números. São 520 na ativa nos 756 municípios mineiros, sendo 59 atuando na área criminal em BH, onde 12 mil processos tramitam na Vara de Execuções Criminais. Segundo dados de outubro passado, 98 das 289 comarcas mineiras não têm defensor concursado. As mesmas tinham, na mesma época, nada menos do que 138.970 processos.

### *Fim da pena e não da cadeia*

Os números são limitados, mas não dá para ignorar que quem faz valer o que está previsto na lei para os presos carentes são os defensores e os assistentes jurídicos dos presídios. Na Penitenciária Francisco Floriano de

Paula, em Governador Valadares, uma equipe de defensores de BH uniu forças, com o pessoal local para verificar os benefícios legais dos 476 custodiados. Encontraram entre os recuperandos, a nova terminologia adotada pela Secretaria de Justiça, gente que já deveria estar em liberdade.

Cita-se o caso de um condenado por tráfico que pagou a pena mas continuava preso. O interno, preso preventivamente em dezembro de 1995, foi condenado a quatro anos em regime fechado e já havia cumprido 665 dias quando saiu a sentença definitiva. Considerado de bom comportamento – nenhuma falta grave e tentativa de fuga - , ele esperava a liberdade há seis meses.

Na penitenciária Nelson Hungria , em Contagem, um dos que contava as horas para ser solto está lá dez anos por crime hediondo (estupro de uma criança), continua sustentando inocência. A confissão, feita apenas na polícia, teria sido imposta por torturas. O detento garante que fora da prisão vai “correr atrás” do culpado. Sua meta é encontrar a ex-esposa do homem que acusa.

A direção de Reeducação e Ressocialização do Sentenciado, informa que foi solicitado o parecer favorável para o livramento condicional do interno. Responsável pelo primeiro levantamento detalhado da penitenciária – que será o primeiro de uma unidade mineira –, o diretor ressalta que a maioria dos presos, mesmo já condenados, nega o crime.

### 4.3 Quadro 1: Situação atual das penitenciárias em Minas Gerais

UNIDADES	PRESOS	ASSISTENTES JURÍDICOS
Nelson Hungria	675 em regime fechado	7
Teófilo Otoni	105 fechado e 71 semi-aberto	2
Agostinho de Oliveira Júnior (Unai)	332 fechado e 147 semi-aberto	3
Dênio Moreira de Carvalho (Ipaba)	333 fechado	2
Francisco Floriano de Paula (G.V)	308 fechado e 168 semi-aberto	2
Industrial Estevão Pinto (Mulheres-BH)	57 fechado, 7 semi-aberto, 1 aberto e 1 provisório	3
José Abranches Gonçalves (Neves)	71	2
José Edson Cavaliéri (JF)	46	2
José Maria Alkmim (Neves)	553 regime fechado e 196 semi-aberto	11
Casa do Albergado Presidente João Pessoa (BH)	41	3
C.A. José de Alencar (JF)	46	-
Hospital de Toxicômanos (JF)	49	2
Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz (Barbacena)	152 homens e 36 mulheres	1
Colônia Penal Floramar (Divinópolis)	133	1
C.P. Prof. Jacy de Assis (Uberlândia)	266 fechado e 85 semi-aberto	2
C.P. Sebastião Satiro (Patos de Minas)	44 fechado e 30 semi-aberto	2

## QUADRO 2: SITUAÇÃO GERAL DA PENITENCIÁRIA NELSON HUNGRIA (CONTAGEM-MG)

Presos punidos pelo Conselho Disciplinar			Atendimento hospitalar *
1993 – 7			1994 – 4 832
1998 – 233			1998 – 6 369
			1999 – 6 226
<i>Atendidos pela direção geral</i>			
Ano	Presos	Familiares	Liberação ***
1995	439	40	1988 - 13
1999	221	203	1999 - 107
<i>Abuso de confiança a fuga</i>			<i>Número de presos</i>
1994 – 118 presos			1995 – 308 (média)
1996 a junho de 2000 – zero			2000 (até junho) - 675
<i>Mortes</i>			<i>Visitas a biblioteca**</i>
1994 – 12			1989 - 150
1999 – Zero			1997 – 3.036
2000 – Uma (natural)			

\* Clínica geral, odontologia, psiquiátrico, enfermagem e exames laboratoriais e radiologia.

\*\* Livros mais procurados: romance, geografia e história. Solicitam também Bíblias individuais.

\*\*\* Por alvará de soltura, indulto, livramento condicional e cumprimento de pena.

### 4.4 A Constituição Federal e o Código de Processo Penal

Diz a Constituição Federal de 1988:

Artigo 5º

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LXV – a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade

judiciária;

LXVI – ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVIII – conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

### **Código de Processo Penal – Da Prisão Preventiva**

Art. 311. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial.

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

A prisão preventiva só é cabível em caso de extrema necessidade, deve ser decretada pelo juiz e fundamentada, sob pena de nulidade processual.

“A aglomeração entre os detentos torna-os hostis. Há confabulações de ódio, murmúrios de raiva, risos que cortam como navalhas (...)

Ah! Essa galeria! Tem qualquer coisa de sinistro e de canalha, um ar de hospedaria de infâmia à beira da vida. Nos cubículos há, às vezes, dezenove homens condenados por crimes diversos, desde os defloradores de senhoras de 18 anos até os ladrões assassinos”.

O trecho – destacado por *Norah Medeiros* (“apud” *Jornal O Globo*, 20/10/2000) na monografia “Corpo e Prisão- Sexualidade matada ou negada?” – é de uma reportagem sobre as condições dos presídios cariocas publicada em 1908. Substituindo algumas palavras, o quadro descrito é parecido com o atual.

Chega-se ao ano 2000 com quase 200 anos de história da prisão, que é considerada um marco de humanização do Direito Penal. O problema é que a situação dos condenados era pior. O advogado *Hermes Zilchez Guerrero* (“apud” *Jornal O Globo*, 20/10/2000, p. 12) explica que a prisão como sanção penal foi uma criação da Igreja Católica. Ela existia antes, mas como medida cautelar. O acusado era preso para assegurar a execução de penas como morte, esquartejamento, mutilação e castigos parecidos. No caso do Brasil, a prisão penal chegou depois.

Salienta que, enquanto ela já estava no auge na Europa, por aqui se usava o açoite – flagelo “dedicado” aos escravos. Ele estima que a demora representa um atraso de 50 a 60 anos no Código Penal. “O sujeito era preso para que fosse punido. Já a prisão penal é fruto de uma sentença condenatória transitada em julgado”, compara. *Guerrero* (“apud” *Jornal O Globo*, 20/10/2000, p. 11) lembra que os Códigos Penal e de Processo Penal em vigor são do início dos anos 40. Uma época em que fascismo de *Benito Mussolini* deixou resquícios.

Segundo *Hermes Guerrero* (“apud” *Jornal “O Globo”*, 20/10/2000, p. 12), todos estes “ranços” só foram “ultrapassados” na Constituição de 1988. O artigo 5º é considerado um dos mais avançados do mundo.

“O Brasil faz muito mais do que o ‘todo mundo é inocente até que se prove o contrário’. Na Constituição Federal de 1988, todo mundo é inocente até que haja uma decisão penal condenatória, transitada em julgado. Ou seja, que não caiba mais recurso. O Brasil é o país que melhor define isso”.

## 5. DETENTOS “CRIAM” LEGISLAÇÃO PARTICULAR

### 5.1 Carandiru - o maior presídio do país - regido por “leis próprias e particulares”

No livro “Estação Carandiru”, de *Drauzio Varella* (1999), o autor passou os últimos dez anos indo toda semana cuidar dos doentes do presídio, voluntariamente. Lá, aprendeu muito sobre um mundo visto pela literatura burguesa como uma épica de boca torcida ou estudado como lâmina sociológica em pesquisas frias. *Varella* se manteve no estrito limite do parcial, do “caso a caso”, observando e escrevendo exatamente como tratou dos tuberculosos, dos aidéticos, dos sarnentos, dos travestis, dos assassinos, sem cair na tentação do “que horror”, do “só a revolução salvará” ou do “o absurdo é uma denúncia do mal”.

Ali, o mundo do crime aparece como um universo povoado pelas mesmas paixões que nos animam, nós que comemos, que temos emprego, que achamos nossa vida “natural”. Fica claro e doloroso que o crime não passa da busca miserável por uma vida “normal”. Os habitantes dessa sociedade de sete mil detentos vagam atrás de amor, família, vingança; movem-se pela fome, pela inveja, pelo ciúme, pelo medo, como em nosso dia-a-dia “limpo”. Só que na vida deles existe uma categoria que sempre tentamos tirar de cena: a morte. Esta é uma das diferença entre nós e eles. A morte é o grande divisor de águas, à base da vida do “mais ou menos”, do drama e não da tragédia, do purgatório, do arreglo entre a dualidade de inferno e “céu”. Ali só há isso: ou sim, ou não.



A morte sempre ali, como fronteira. Na prisão, estamos o tempo todo diante da face da verdade, esse mal radical, esta bruta inclemência do sofrimento que a razão tenta dominar correndo atrás. A experiência de *Drauzio Varella* emociona, ele andando como um explorador ali naquela floresta de desamparo, colhendo — antropólogo e ficcionista — o que o inferno tem para lhe ensinar. E o inferno lhe mostra que há uma ordem jurídica sólida na prisão, como ele diz: (Varella, Dráuzio, 1999, p. 52) “no cativeiro, os homens criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por um código penal não-escrito, como na tradição anglo-saxônica, cujas leis são aplicadas com extremo rigor”. E, também, como diz um ladrão: “Entre nós, um crime jamais prescreve, doutor...”

O inferno ensina a Varella a postura de observação e lhe ensina também a forma do livro. Seu estilo nasce do olhar de médico que, com sobriedade cirúrgica onde só cabem substantivos, narra as mais brutais dores humanas. Esta diferença da secura da linguagem com o tamanho do sofrimento torna o livro uma desesperante metáfora da nossa impotência social. A ausência de partido, a impossibilidade do encontro de uma “redenção” qualquer, em vez de ser “negligência moral”, narra a denúncia bruta do absurdo da vida brasileira, muito mais surrealista que qualquer *malaise* existencial francesa, e mostra que a mudança social neste país é urgente, porque nossa tragédia é primitiva, antiqüíssima e estúpida. As prisões brasileiras denotam não o trabalho da Justiça, mas seu ridículo; suas pompas de repressão ao mal não passam de rituais de extermínio de inimigos de uma “normalidade” social indigna. Os 111 mortos durante o massacre não denunciaram um “desvio” da Justiça brasileira,

mas sua torta prática secular. Uma das coisas mais interessantes do livro é a descrição minuciosa dos objetos do presídio, seus pertences, seus gestos, as falas dos presos, seus poéticos erros de linguagem, querendo atingir um tom de dignidade pobre: o que as tatuagens revelam, o que os trapos revelam, o que o lixo revela. Os detritos ensangüentados do massacre, o radinho de pilha, os cigarros, o *crack*, as sandálias havaianas, os bonés sem dono, as camisas amassadas, os punhais abandonados, as meias sem pés, a feiúra total de tudo, o sangue no vinil, no isopor - todo o país está visível ali, no lixo que ninguém quer ver. A verdade informulável do Brasil está ali, no lixo da prisão.

A aceitação de tantos códigos diferentes foi, portanto, a forma como Drauzio Varella conseguiu ser, progressivamente, aceito no Carandiru. Seu trabalho vem sendo fundado num pacto de confiança mútua mais do que sólido. A Aids, por exemplo, acabou tornando-se um problema menor diante dos presos viciados, agarrados a cachimbos de *crack*. Detentos que trabalham como enfermeiros tornaram-se escudeiros fiéis do médico e, entre os desconfiados funcionários, ele hoje conta com amigos pessoais.

Por mais paradoxal que possa parecer, a lição mais profunda que ficou para Varella desta longa convivência com a cadeia foi uma reformulação de valores. Para ele "Conviver com os presos me deu mais esperança no Brasil. Os valores deles são mais sérios". Na sociedade moderna, a palavra, o compromisso pessoal perdeu o valor, você está sempre sob desconfiança. No Carandiru, eles têm poucas dúvidas sobre o certo e o errado. É uma relação de confiança e compromisso que vem de um outro tempo, por mais estranho e contraditório que isso pode parecer.

## 5.2 A falência do sistema penitenciário fechado

Segundo *Marcelo Beraba* (“apud” *Jornal Folha de São Paulo*, 23/2/2001, p. A1), a crise que explodiu de forma inédita nos presídios de São Paulo comprova a falência definitiva do sistema penitenciário fechado e exclusivamente punitivo, em que a ênfase é a disciplina, e não a recuperação do criminoso.

O problema é antigo e não é só nosso. Todos os seminários e discussões sobre o sistema penal condenam, há décadas, segundo *Manoel Pedro Pimentel* (1991, p. 74), “a prevalência da idéia de segurança sobre a idéia da recuperação”. E condena, também, a ilusão de que a segurança da sociedade consiste em trancafiar todo e qualquer tipo de criminoso, e não apenas aqueles de alta periculosidade.

Ainda: (obra cit. 1991, p. 75) “acho que não há mais dúvida de que o sistema das prisões fechadas não tem condições de promover a reabilitação social de um indivíduo”.

Uma das provas da falência é a taxa altíssima de reincidência. Estudos diferentes mostram que entre 40% a 60% acabam voltando para a prisão. Em relação a esse fenômeno, *Pimentel* tinha uma observação que vale até hoje: os diretores de presídios são responsabilizados pelas fugas de presos, mas não pelas reincidências. Estão, portanto, mais preocupados com as fugas do que com a recuperação.

Algumas análises feitas após os conflitos de São Paulo mostram que pouca coisa mudou vinte anos depois. Segundo *Evandro Lins e Silva* (2001, entrevista anexa), “a prisão é uma escola de crueldade, maldade, perversidade

e insensatez”. E o ex-ministro *José Carlos Dias* aponta os culpados: “os três poderes são, pela violência embutida na lei ou pela sua forma de aplicação, cúmplices da nossa falência penal”.

A rebelião de presos em São Paulo serviu para escancarar a falência do sistema prisional brasileiro. O absurdo da situação não se reflete apenas nas condições subumanas a que os presos são submetidos. Esse regime atroz implica o próprio sacrifício da idéia de recuperação. O detento não só não se ressocializa como ainda encontra condições de progredir no crime a partir do momento em que é preso.

Combater esse círculo vicioso é o desafio. É preciso atuar nos planos executivo, legislativo e judiciário em médio e longo prazos. O mais urgente é diminuir a população carcerária sem renunciar de modo algum a punir aqueles que cometem ilícitos. Para tanto, é preciso descriminar certas condutas (como no caso do usuário de drogas) e, principalmente, ampliar o escopo das penas alternativas. Enquanto nos EUA e na Europa elas respondem por de 30% a 40% das condenações, no Brasil não chegam a 3%, aí incluídos os casos de suspensão de pena. É urgente, portanto, alterar a lei. Hoje apenas réus primários condenados a pena não superior a quatro anos podem receber a sanção alternativa, o que significa, no máximo, 10% dos casos.

É igualmente importante mudar a mentalidade em relação às penas alternativas, que são subutilizadas. Em 1999, o Estado de São Paulo contava com 1.964 vagas para cumprimento de penas alternativas, mas só 193 estavam preenchidas. Mesmo considerando a dificuldade de controle dessas sanções, a ociosidade é grande.

Outro ponto importante está no regime de progressão da pena. Hoje superlotam os presídios muitos detentos que não recebem os benefícios previstos em lei. Um bom caminho é inverter o processo, tornando a progressão a regra, e não a exceção.

Sem uma reformulação completa do sistema prisional, as penitenciárias brasileiras permanecerão escolas de crime.

### 5.3 A política penitenciária e a recuperação do preso

Altos índices de reincidência estão *presentes* em praticamente todos os países, o que comprova a situação crítica dos sistemas penitenciários no que se refere ao seu papel de reeducação e reinserção social dos delinquentes.

Há vários anos se discute o sistema carcerário em Minas Gerais. Alguns problemas já foram exaustivamente estudados, e soluções já foram propostas. A transferência da administração dos estabelecimentos prisionais para a Secretaria de Estado de Justiça é uma determinação legal em vigor. A desoneração de policiais civis e militares, decorrente dessa transferência, certamente contribuirá para o aumento do contingente de agentes dedicados especificamente ao policiamento.

Na Declaração de Viena, já citada, a ONU recomenda a adoção de medidas alternativas ao encarceramento, como saída para minimizar o problema da superlotação de cadeias e penitenciárias. No entanto, não se pode ignorar o fato de que no Brasil centenas de milhares de pessoas estão

presas e outras tantas deveriam estar, se houvesse a possibilidade de cumprimentos de todos os mandados de prisão emitidos pela Justiça.

Dados do Relatório Anual da Humans Right Watch mostram que, com cerca de 170.000 detentos, agrupados em 512 prisões, milhares de delegacias e vários outros estabelecimentos, o Brasil administra um dos dez maiores sistemas penais do mundo.

No entanto, nosso índice de encarceramento — razão preso — população — é relativamente moderado. Com uma taxa aproximada de 108 presos por 100.000 habitantes, o Brasil encarcera menos pessoas *per capita* que muitos outros países americanos e, de longe, bem menos do que os Estados Unidos. Como exemplo, podemos citar os seguintes índices de encarceramento, por 100.000 habitantes, em 1997: Chile - 173, Colômbia - 110, México -108, Venezuela - 113, Estados Unidos -643.

A população carcerária no Brasil, como no resto do mundo, é formada basicamente por homens jovens, pobres, com baixo nível de escolaridade.

De acordo ainda com a organização não-governamental Humans Rights Watch, pesquisas sobre o sistema prisional brasileiro indicam que mais da metade dos presos têm menos de 30 anos, 95% são pobres, 95% são do sexo masculino e 67% não completaram o primeiro grau (cerca de 12% são analfabetos). Esses dados constam do censo Penitenciário de 1995, tabela IX, p. 29, e do Censo Penitenciário de 1994, páginas 37, 43, 44, 63.

A gravidade da situação demanda um envolvimento de todos os setores da sociedade. A prisão, argumentam diversos especialistas, não deve ser vista como único recurso para o controle da criminalidade, por várias razões. Uma

delas está relacionada com a alta taxa de reincidência, que em São Paulo (figura 5.1 – p. 52) está em torno de 45%; em algumas regiões do Brasil, ultrapassa 80%.

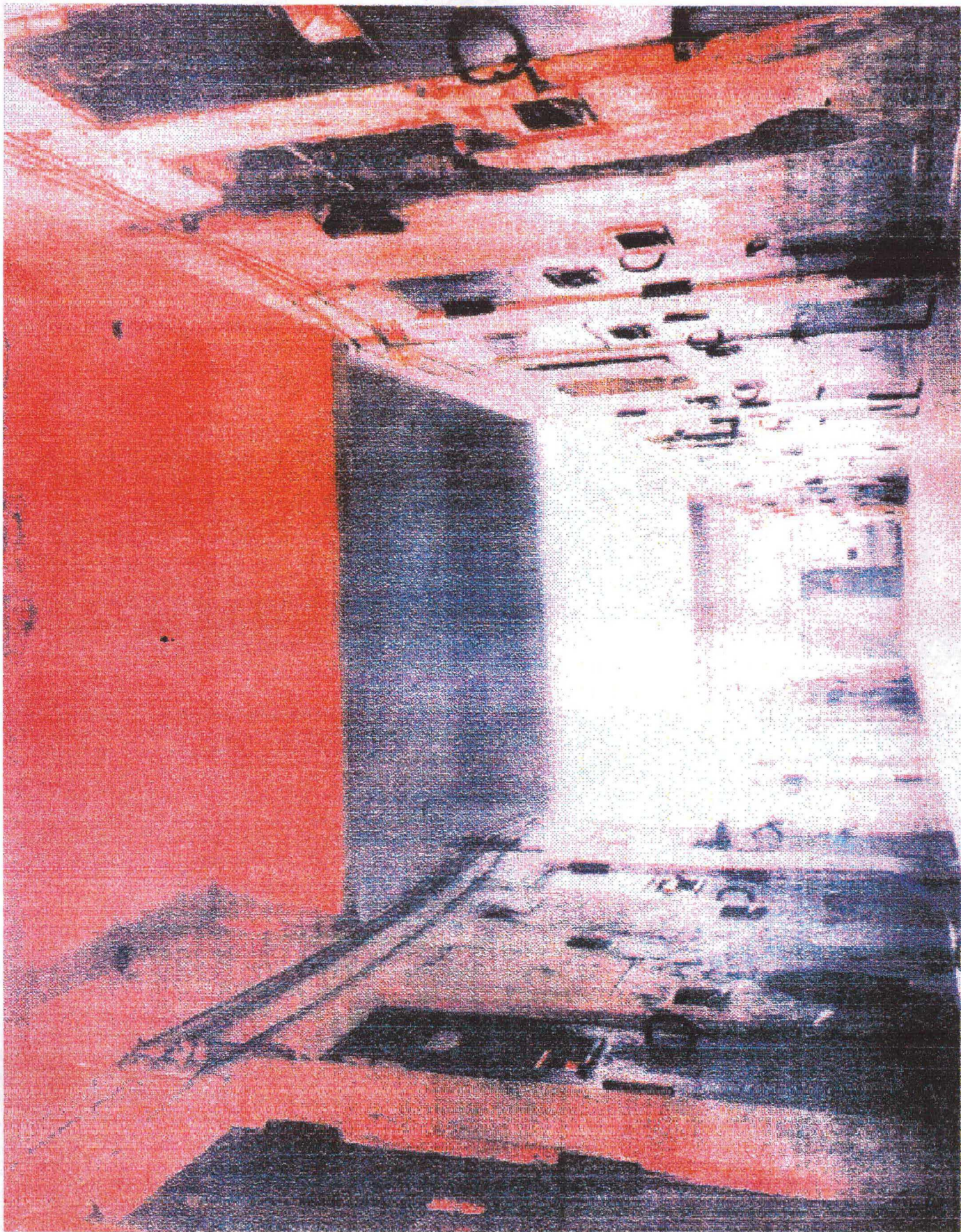
Além dos problemas comuns ao resto do mundo, o Brasil vive a situação da crônica falta de recursos para a construção ou reforma de estabelecimentos penais (figuras 2.5, 3.5 e 4.5, p. 53). Como já foi citado, informações da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos indicam que apenas para a adequação imediata dos estabelecimentos penais seriam necessários recursos da ordem de R\$ 53.000.000,00 – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Movimento pela vida e segurança. A tabela abaixo, que apresenta um detalhamento da situação do Fundo Penitenciário Estadual, mostra a situação ora vivida: além da diminuição das dotações orçamentárias, o que se vê é a constante tendência à queda na utilização dos poucos recursos previstos.

FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL – DOTAÇÃO INICIAL E EXECUÇÃO		
ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA 1997/2000		
EXERCÍCIO	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA LIQUIDADADA
1997	14.969.000,00	14.036.724,91
1998	11.924.000,00	6.859.352,54
1999	11.924.000,00	2.314.616,45
2000	411.100,00	0,00 (até março)

Fonte: SIAFI – SEF

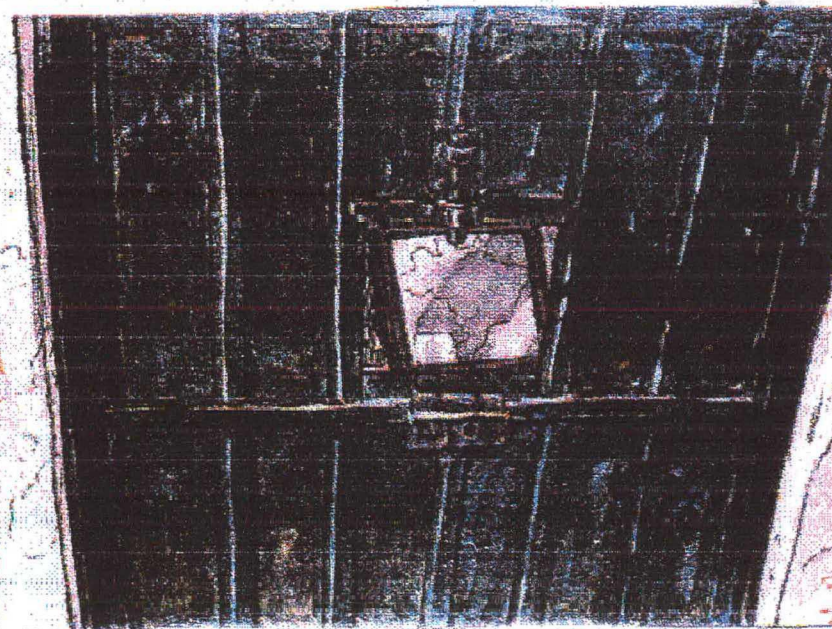
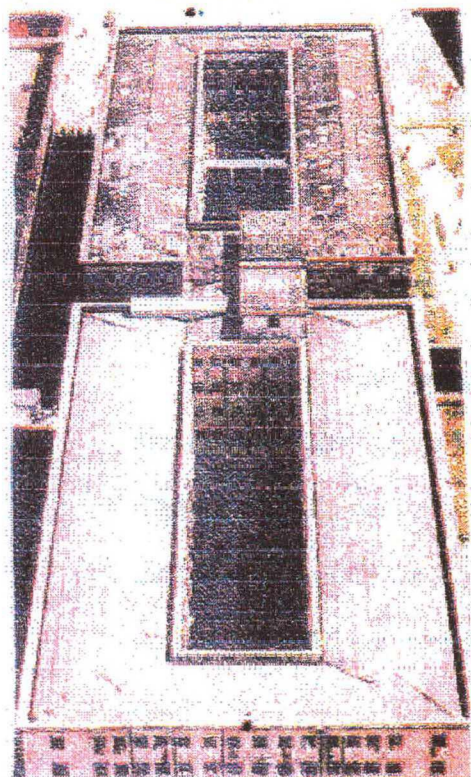
Diante desse quadro, uma alternativa possível seria a transferência da administração dos presídios para entidades civis sem fins lucrativos, ou até mesmo para empresas privadas, que se encarregariam do gerenciamento do trabalho dos presos.





Uma das galerias principais: mais de 7200 presos vivem sob as rígidas leis que o cancerologista Drauzio Varella conheceu, na prática, em dez anos de serviços prestados voluntariamente nas enfermarias do Carandiru.





OS PAVILHÕES com e nove: foras da violência no presídio



## **6. METODOLOGIA**

Neste capítulo será descrita a metodologia empregada na pesquisa e na coleta de dados, onde se buscaram subsídios documentais e dados dentro do Sistema Prisional e comunidade da cidade de Varginha, Sul de Minas Gerais.

Inicialmente será descrito o tipo de estudo empregado; após, o método de coleta de dados; em seguida, a técnica de coleta de dados, assim como as questões de pesquisa; e, por fim, as limitações e dificuldades encontradas.

### **6.1 Tipo de estudo**

O método escolhido para a elaboração deste estudo é baseado na exploração do tema, na teoria (através de bibliografia disponível) e na prática (através de entrevistas semi estruturadas e formulários junto aos detentos e à comunidade) – método quantitativo e qualitativo.

### **6.2 Método de coleta dos dados**

Utilizaram-se neste trabalho dois tipos de dados, primários e secundários. Os dados primários foram coletados em 100% dos detentos da Cadeira Pública de Varginha, 120 pessoas da comunidade e 240 estudantes do curso de Direito. Os secundários tiveram como fonte consultas a livros e notícias obtidas em jornais e revistas de circulação nacional, bem como acesso à Internet.

### 6.3 Técnica de coleta de dados

O método utilizado para a coleta de dados primários foi dividido em duas partes. A primeira consistiu em entrevistas com os detentos, e a segunda em aplicação de formulários junto à comunidade e alunos do 1º ano da Faculdade de Direito de Varginha.

Estas basearam-se em questionário do tipo semi-estruturado, com perguntas abertas, direcionadas para o tema central da pesquisa. Esse trabalho foi realizado durante os meses de julho e agosto/2000. Aquelas junto aos detentos ocorreram durante os meses de setembro/outubro/2000.

Em relação aos dados secundários, procuraram-se documentos (análise documental) de forma exploratória, visando selecionar os relevantes para o presente estudo.

### 6.4 Questões de pesquisa

Visando atender aos objetivos propostos neste estudo, buscou-se obter resposta, através de entrevistas diretas com os detentos, às seguintes perguntas que norteiam o presente estudo:

1. Qual o delito cometido?
2. É reincidente?
3. Quais os motivos que o levaram a cometer tal infração?
4. De que forma analisa o relacionamento humano dentro do presídio?
5. Como foi sua infância?
6. Arrependeu-se da infração cometida?

### 7. Qual a profissão gostaria de aprender?

Perguntas apresentadas nos formulários junto à comunidade (120 pessoas) e acadêmicos de Direito (240 alunos do 1º ano):

1. Na sua concepção, os presos, na sua maioria, cometeram crimes de alto potencial ofensivo ou pequenos delitos?

2. Considerando que a Lei de Execuções Penais é considerada ótima na nossa legislação, como você traduz o comportamento do detento?

3. Quando você presencia os jornais noticiarem sobre determinado cidadão que praticou um crime, qual é a sua visão sobre tal pessoa?

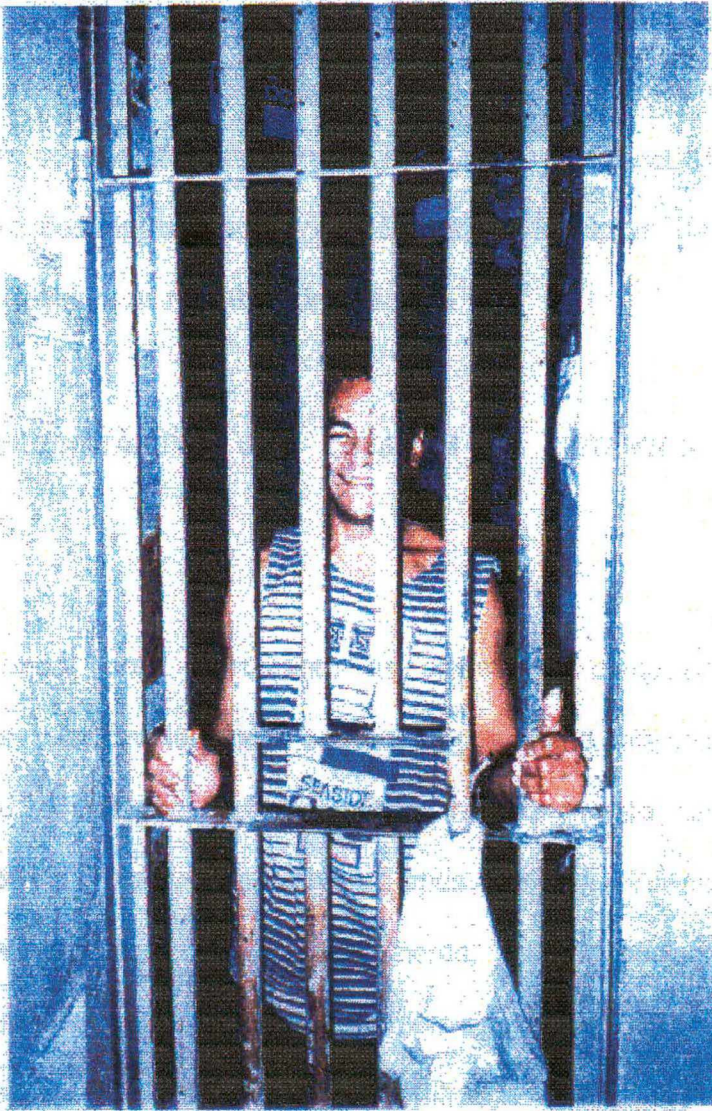
4. Na sua opinião, em termos percentuais, qual o índice de expectativa de regeneração do detento?

## 6.5 Limitações e dificuldades

O estudo deve ser conduzido de forma que os resultados encontrados sejam comuns à realidade brasileira. Mas será limitado a um estudo de caso específico entre Cadeia local de Varginha (figura 6.5 – p. 57), na comunidade e acadêmicos do 1º ano de Direito.

A dificuldade esperada na realização deste estudo está relacionada a colher do detento (figura 6.6 – p. 57) sua contribuição neste trabalho, de forma a assegurar a veracidade dos fatos e de seus sentimentos. Para isso, esta pesquisadora fez diversos contatos com cada presidiário antes da entrevista, deixando que respondessem às questões em conversas informais. Em algumas situações, buscou o auxílio de psicólogos judiciários e assistentes sociais.







## 7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo é baseado na análise dos fatores inerentes à imagem distorcida que se tem da comunidade em relação ao detento. Tem como objetivo mostrar que este, ao entrar pela porta do cárcere, automaticamente perde sua identidade. Uma razão forte para que isso ocorra é a imagem que esse fato passa à sociedade, ainda que o presidiário venha a ser absolvido de uma infração, por ser inocente.

Inicialmente serão apresentados os resultados das entrevistas obtidas com os detentos e, posteriormente, aqueles obtidos através dos questionários com os acadêmicos de Direito e comunidade local. Em seguida, as considerações apresentadas pela Secretária Municipal da Educação. Tais análises refletem as questões de pesquisa.

### 7.1 Circunstâncias que levaram os detentos a cometerem delitos

Tendo como instrumento as entrevistas compostas por 7 (sete) perguntas relacionadas à vida pessoal do presidiário, tais como: os motivos da infração, reincidência, delito cometido, relacionamento dentro do presídio, educação recebida e arrependimento após a infração. Foram entrevistados os 94 detentos, entre homens e mulheres, que ocupam uma cadeia com capacidade para 69. Este diagnóstico tem por fim identificar a insatisfação dos mesmos, diretamente relacionada à mortificação do “eu”.

Assim, a análise a seguir será empreendida através das questões de pesquisa anteriormente formuladas.

## 7.2 Perfil dos detentos

Entre os 94 detentos entrevistados, 82 são do sexo masculino e 12 do sexo feminino.

Quanto aos motivos que os levaram a cometer infração, a maior frequência encontrada foi o desemprego, representando 76% do total de entrevistados. 78% dos detentos faziam uso de bebidas alcoólicas, 68% de drogas e 12% foram abandonados na infância.

Quanto à situação financeira, 98% são pobres.

Em relação ao tipo de crime cometido, a maior frequência encontrada foi o tráfico de drogas, representando 51,24% do total de entrevistados. A pesquisa revelou que 26% dos homens presos em Varginha e 21% das mulheres detentas são reincidentes.

Na pergunta sobre qual a profissão gostaria de aprender, a maioria optou por mecânica, e, em segundo lugar, construção civil. Isso quer dizer que essas profissões produzem *status* no meio social em que vivem.

Outro resultado da pesquisa que causou surpresa foi que entre os reincidentes, atualmente respondendo por tráfico de drogas, 38% dos homens e 33% das mulheres já tinham condenação pelo mesmo delito, enquanto 46% (de ambos os sexos) haviam sido condenados anteriormente por roubo. Isto indica que, provavelmente, a passagem pelo sistema penal favorece a organização para o tráfico.

A prisão é uma “universidade” do tráfico. O preso que só sabia roubar aprende a traficar. No Censo Penitenciário Nacional de 97, o tráfico respondia

por 14,8% das sentenças condenatórias e ocupava o terceiro lugar na frequência de crimes cometidos. Hoje, o tráfico é o principal delito.

No universo feminino (12 detentas), constatou-se também este crescimento: 62,5% das mulheres reincidentes cumprem pena por tráfico de drogas. Pela pesquisa, entre as reincidentes, 29% já tinham sido condenadas antes por tráfico e 29% por furto.

A maioria dos crimes é relacionada ao tráfico de drogas. Este crescimento prova que é preciso prevenir. A polícia só adota medidas repressivas.

#### Tipos de infrações cometidas entre homens e mulheres da Cadeia Pública de Varginha - MG

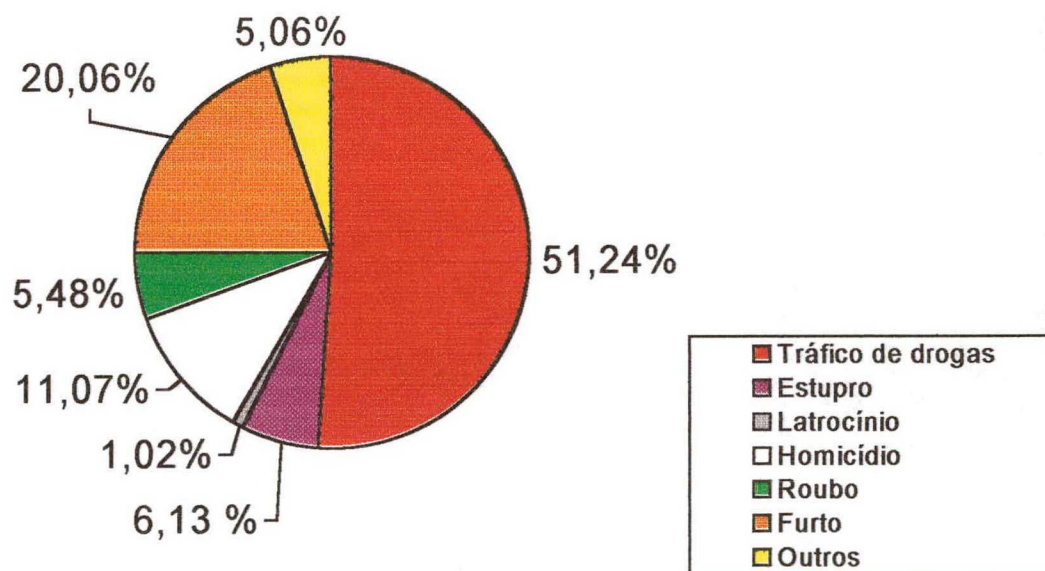


Gráfico n.º 1



### **Mulheres entram no crime mais tarde do que os homens**

A pesquisa apontou o predomínio de homens entre 18 a 45 anos, enquanto, entre as mulheres, a grande maioria situa-se na faixa etária de 22 a 40 anos.

Outra particularidade entre as mulheres é que elas sofrem mais com a solidão do que os homens: 61% não têm marido ou companheiro. No caso dos homens, apenas 39% não têm esposa.

Não há política que privilegie o preso, proporcionando-lhe um crescimento pessoal e o respeito à cidadania. Há a necessidade de que eles aprendam o que querem e não o que se quer deles.

O estudo constatou a necessidade de uma política de direitos humanos de acordo com o perfil dos presos.

### **Homens**

Entre os 82 homens entrevistados, a média de idade é de 27 anos, sendo a idade mínima de 18 e a máxima de 60 anos. 75% têm até 31 anos de idade.

## Crimes cometidos anteriormente pelos homens reincidentes

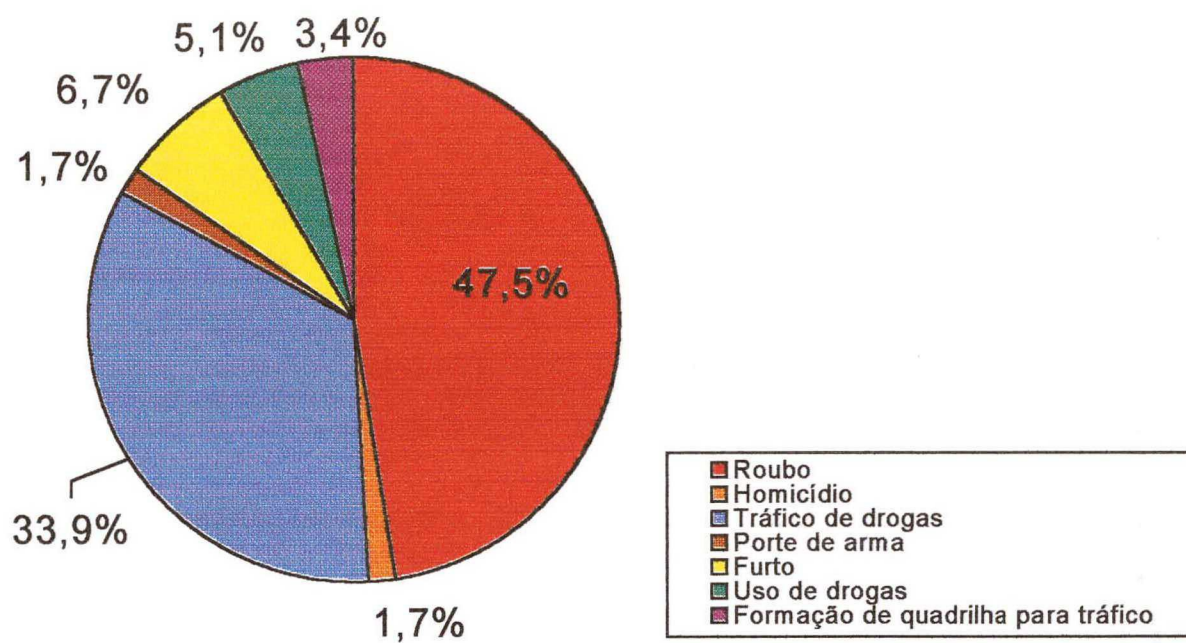


Gráfico n.º 2

Crimes pelos quais os homens reincidentes estão cumprindo pena na Cadeia  
Pública de Varginha

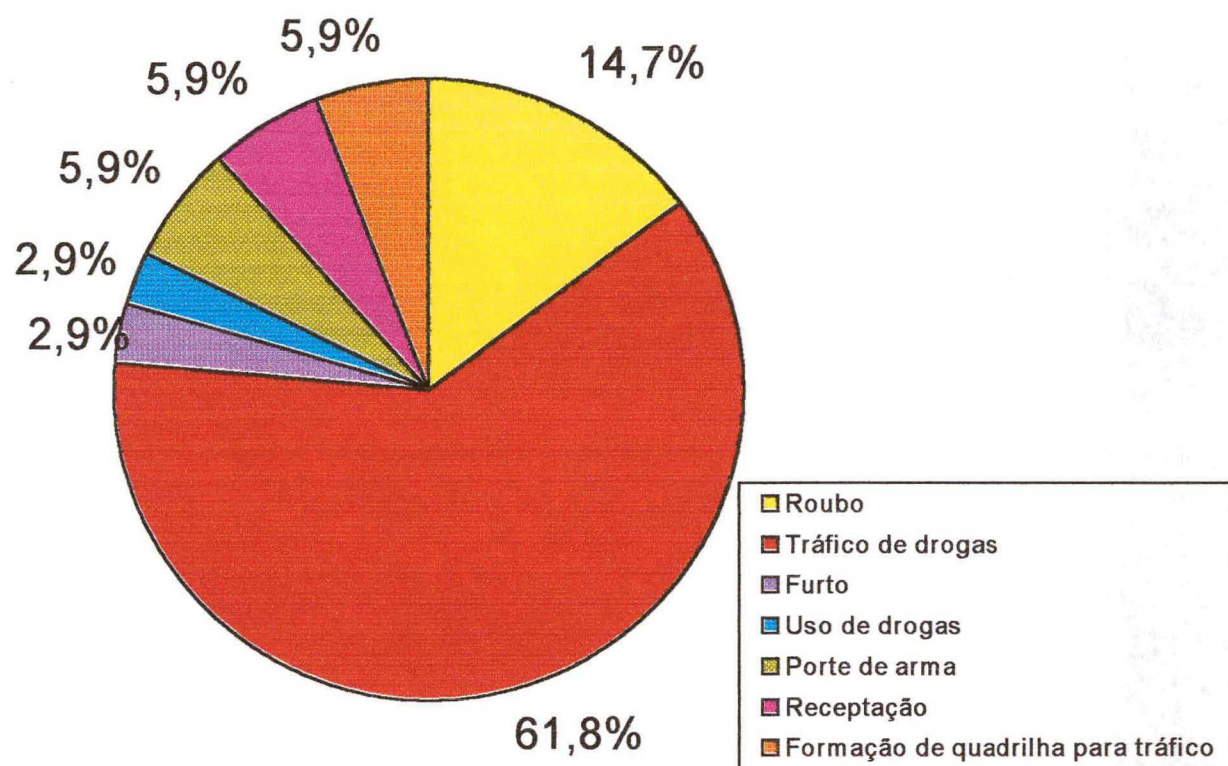


Gráfico n.º 3

## Mulheres

Entre as 12 mulheres entrevistadas, a média de idade é de 30 anos, sendo a idade mínima de 18 e a máxima de 61 anos, 50% têm até 29 anos de idade.

### Crimes cometidos anteriormente pelas mulheres reincidentes

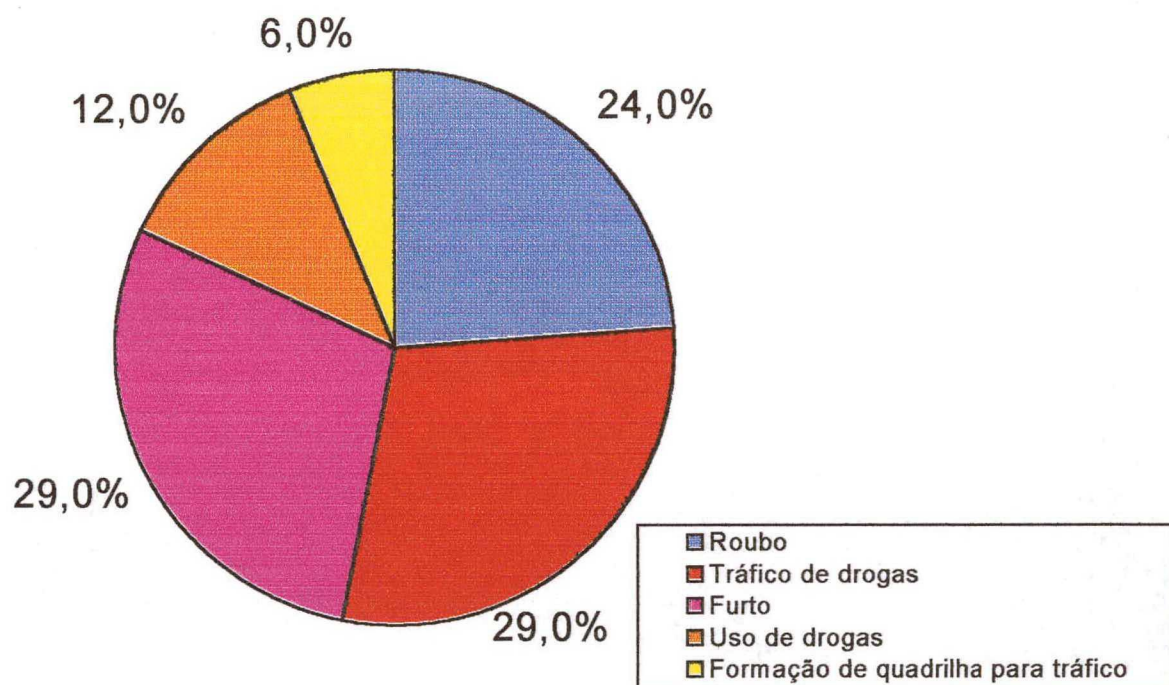


Gráfico n.º 4



Crimes pelos quais as mulheres reincidentes estão cumprindo pena na Cadeia

Pública de Varginha

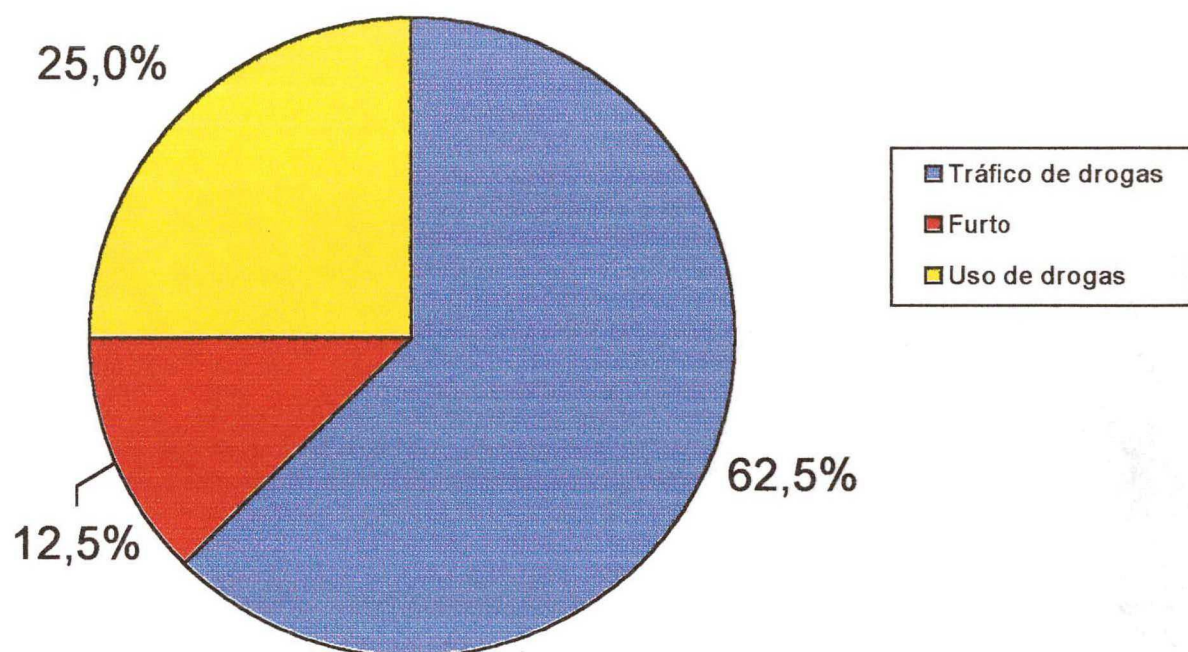


Gráfico n.º 5

### **7.3 Relacionamento entre si**

Constatou-se que, de modo geral, o relacionamento humano entre os presidiários é bom, com uma tendência voltada para a necessidade de auto-estima e busca de uma forma para aliviar o tédio. 82% dos detentos não revelaram qualquer tipo de afetividade e 97% dizem-se arrependidos do delito cometido.

### **7.4 Imagem da comunidade e dos acadêmicos de Direito em relação ao detento**

Das perguntas feitas nos formulários junto à comunidade, num total de 120 pessoas e Acadêmicos do 1º ano do curso de Direito, totalizando 240 alunos, as respostas obtidas foram: 68% acham que os presos cometeram crimes de alto potencial ofensivo; em relação à Lei de Execuções Penais, 93% acham que é mal aplicada; quanto às notícias de crimes, 81% vêem o preso como de alta periculosidade e pensam que a expectativa de regeneração do detento é de 6%.

### **7.5 Qualidade de vida com a Educação no Presídio**

Coincidentemente, durante o período em que se fazia o trabalho de campo no presídio, foi implantado Programa de Ensino aos encarcerados, por iniciativa da Secretaria de Educação Municipal. Ensino este considerado

avançado, uma vez que as aulas são por vídeoconferência e um professor permanece na sala de aula para explicações e orientações.

O curso é aprovado pelo MEC, e os alunos são submetidos a avaliações. Isso foi uma grande conquista, inclusive há decisões judiciais permitindo a remição da pena por horas de aulas freqüentadas, o que estimula ainda mais o detento a estudar.

Em entrevista publicada integralmente (figura 11.7 – p. 68), pudemos obter maiores esclarecimentos através da Secretária Municipal de Educação, Maria Auxiliadora Pinto Coelho Frota. Segundo a Secretária, “foi levantado um grande número de analfabetos, semi-analfabetos e muitos com o Ensino Fundamental incompleto”. Diz que “a educação formal oferecida ao presidiário pode ser uma das grandes vertentes da política e combate à violência”. Relativamente à melhoria de comportamento aos detentos que estudam, enfatiza que ao levar o professor, livros, o quadro-negro, enfim, a escola para a cadeia, leva-se a esperança, isto é, o retorno aos melhores dias que já tiveram, quando ainda crianças indefesas e inocentes. Essa retrospectiva de vida fortalece a necessidade que os detentos têm de mudar seu comportamento para usufruir e viver este sonho que já estava perdido.

Finaliza a entrevista dizendo que “a educação está diretamente ligada à vida, a eliminação do analfabetismo e conclusão do Ensino Fundamental garantirão, sem dúvida alguma, o exercício da cidadania aos alunos detentos e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida”. Após a entrevista, apresenta o projeto telessalas de Minas, com o nome e o número de alunos reclusos já matriculados.







## 8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

No Brasil, o tema das prisões é abordado apenas quando há rebeliões, mortes ou cenas lamentáveis. Momento em que a imprensa falada e escrita explora o tema até a exaustão, pois esses fatos apresentam-se como uma grande fonte de notícias, principalmente para a televisão.

Em nenhum momento nota-se a preocupação com o ser humano encarcerado. Ao contrário, o que existe é o descaso.

Como foi observado neste estudo, há idéias pré-concebidas a respeito do presidiário e este percebe que perdeu sua identidade em virtude dessas barreiras que o separam do mundo externo.

É sabido que, do jeito como as coisas são postas hoje em dia em nosso sistema carcerário, parece que foram feitas para não funcionar, e é claro que o primeiro passo é discuti-las, pois somente com amplos debates sobre a questão penitenciária é que se chegará a alguma solução viável para os vários problemas, pois a situação da administração penal é caótica.

Porém, como ficou claro na presente pesquisa, há formas de minimizar o sofrimento dos detentos, tais como o oferecimento do Ensino para desenvolverem algo de produtivo, evitar dar ênfase às rebeliões, contar com a assistência voluntária da comunidade, convencendo-a de que se criou um estigma na pessoa do preso.

A pesquisa realizada entre presos da Cadeia local de Varginha, Sul de Minas Gerais, Acadêmicos do 1º Ano do Curso de Direito e comunidade trouxe informações importantes sobre a rotina e necessidade dos detentos.

A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Educação, tem investido maciçamente em seu pessoal docente, reformando alas para salas de aula, oferecendo formação técnica, buscando uma assistência integral eficiente ao egresso, principalmente no que concerne à sua colocação no mercado de trabalho. Essas recentes iniciativas procuram exercer sobre o condenado uma ação educativa individualizada, no sentido do seu reajustamento ao direito.

Pôde-se constatar, ainda, que as visitas de psicólogos e familiares, bem como o trabalho prisional são métodos eficientes para diminuir as frustrações, aumentar a auto-estima e melhorar o comportamento dos presos.

Deve-se ressaltar que, dentro do presídio, a realidade é cruel, desumana, intolerável, ferindo de morte o “eu”. Muito mais abominável do que foi exposta no trabalho. Procurou-se estudar e relatar apenas a perda da identidade da população carcerária, buscando-se meios que resgatem os internos para a cidadania, diminuindo a reincidência, melhorando as condições de higiene, reconhecendo a possibilidade de satisfação, motivação, aspectos esses potencializados pelo trabalho, ensino e educação prisional, o que influi diretamente no comportamento e imagem verdadeira do detento.

Para *Louk Hulsman* (1997, p. 88), “o sistema penal é especificamente concebido para fazer mal. Como o sistema militar, tem por característica essencial o fato de ser extremamente perigoso, talvez mais ainda, pois este, pelo menos, permanece uma boa parte do tempo desativado. Naturalmente, quando o sistema militar entra em funcionamento, o estrago é muito maior. O sistema penal não tem este lado dramático, mas igualmente produz violência. Talvez mais violência, uma vez que, independente da vontade das pessoas

que o acionam, ele é estigmatizante, ou seja, gera uma perda de dignidade. É isso a estigmatização... E o sistema penal funciona o tempo todo!”

O sentimento de culpa interior que às vezes se invoca para justificar o sistema penal - o autor de um crime teria necessidade do castigo - nada tem a ver com a existência de tal sistema. Não se trata de negar que os homens possam experimentar uma profunda perturbação a propósito de alguns de seus atos ou comportamentos. Mas, é preciso afirmar com toda a convicção que não é a existência ou a inexistência do sistema penal que provoca tal sentimento, tanto quanto não é este sistema que poderá dar àquele que sofre, com sua consciência, a transformação interior de que possa necessitar. Nossas experiências profundas nada têm a ver com o sistema penal.

Ao contrário, é preciso denunciar as culpabilizações artificiais que este sistema produz. Em inúmeros casos, a experiência do processo e do encarceramento produz nos condenados um estigma que pode se tornar profundo. Há estudos científicos, sérios e reiterados, mostrando que as definições legais e a rejeição social por elas produzidas podem determinar a percepção do eu como realmente “desviante” e, assim, levar algumas pessoas a viver conforme esta imagem, marginalmente.

Vemo-nos de novo diante da constatação de que o sistema penal cria o delinqüente, mas, agora, num nível muito mais inquietante e grave: o nível da interiorização pela pessoa atingida do etiquetamento legal e social.

Segundo *Louk Hulsman* (1997, p. 71), “mostrar os condenados à prisão como culpados que merecem um castigo alimenta a seu respeito o espírito de vingança”.

Para o encarcerado, o sofrimento da prisão é o preço a ser pago por um ato que uma justiça fria colocou numa balança desumana. E, quando sair da prisão, terá pago um preço tão alto que, mais do que se sentir quite, muitas vezes acabará por abrigar novos sentimentos de ódio e agressividade.

O sistema penal produz efeitos totalmente contrários ao que pretende um determinado discurso oficial, que fala em 'favorecer a emenda do condenado'. O sistema penal endurece o condenado, jogando-o contra a 'ordem social' na qual pretende reintroduzi-lo, fazendo dele uma outra vítima".

Quando você se contenta com as idéias que são transmitidas sobre o sistema penal e as prisões; quando você dá de ombros para certas notícias que, de todo modo, eventualmente aparecem nos jornais – notícias assombrosas sobre problemas penitenciários, suicídios de jovens, motins, violências e mortes entre presos; quando aquelas que acionam a máquina e conhecem seu horror se dizem impotentes diante do mal causado e continuam em seus postos, você e eles estão consentindo na prisão e no sistema penal que a criou.

Segundo *Louk Hulsman* (1997): "Os movimentos que tentam devolver ao detento sua dignidade humana, através da 'humanização' das prisões, geralmente se baseiam num sentimento de solidariedade pela sorte daqueles que foram levados ao cárcere. Mas é incrível como tais movimentos praticamente não obtêm qualquer avanço. Perdem-se energias consideráveis na areia movediça da instituição penitenciária. Já vi pessoas que efetivamente lutavam por verdadeiras reformas despenderem enormes esforços para

conseguir resultados absolutamente irrisórios, como, por exemplo, que, ao fim de um ano, os detentos pudessem ver televisão por um quarto de hora”.

Não basta tentar modificar a situação dos detentos, para que alguma coisa realmente mude. A concentração das tentativas de mudança nesta última fase do processo penal se revela, na prática, inoperante. Pretender transformar a prisão - e somente a prisão - significa trabalhar no interior de uma posição imutável, sem qualquer perspectiva de progresso. É preciso situar-se mais acima, lá no começo do processo, onde são selecionadas as pessoas que vão se tornar detentas.

Além disso, deveriam existir solidariedades que, de nenhuma forma, são incompatíveis entre si. Trata-se de viver: a solidariedade com os condenados; a solidariedade com as pessoas vitimizadas; a solidariedade com o conjunto de pessoas que vivem numa sociedade e que precisam se libertar de suas falsas crenças e dos erros que cometem ao relacionar levemente seus problemas sociais com a existência do sistema penal; e, finalmente, viver a solidariedade com as pessoas que asseguram o funcionamento do sistema penal e que, se pudessem deixar de trabalhar pela sobrevivência de tal máquina, sentiriam o prazer de se libertar.

Para *Louk Hulsman* (1997, p. 93), “Os que perceberem e quiserem assumir estas formas de solidariedade não se contentarão com um simples posicionamento de reforma das prisões - e nem mesmo com a abolição pura e simples da pena de prisão”. Para estes, onde me incluo, trata-se de derrubar todo o sistema. Sistema este que nunca reabilitou alguém.

A solução é melhorar a auto-imagem do detento, proporcionando-lhe condições para o trabalho.

Evandro Lins e Silva (“apud” Jornal Folha de São Paulo, 2001), envolvendo os poderes públicos, propõe medidas visando resolver a questão, às quais damos nossa modesta adesão: “Querem a solução para o problema? Governem, trabalhem, criem empregos. Para isto, façam o que está na cara desde a pregação dos abolicionistas: realizem uma reforma agrária de verdade para que milhões de famintos irmãos nossos possam tirar, do seio da terra, o sustento próprio e de suas famílias.

Querem medidas tópicas para atenuar ou diminuir provisoriamente a criminalidade? Proibam a fabricação de armas individuais e mantenham policiamento ostensivo em locais apropriados, os antigos Cosme e Damião.

Tenham a coragem de enfrentar os fabricantes das armas que matam e só permitam a sua produção à requisição do estado, para suas forças de segurança.

Do contrário, devemos aguardar cada vez mais o recrudescimento da violência e o aumento da criminalidade.

Não perdeu a atualidade o verso genial de Dante, epigrama posto na entrada dos cemitérios, e que também pode encimar o portão das nossas prisões, na sua maior parte autênticos ergástulos, enxovias ou masmorras, como antigamente: “Lasciate ogni speranza, o voi ch’entrate”.

Com base nos resultados apresentados no presente trabalho, recomendamos a futuros trabalhos: criação de projetos governamentais em parceria com empresas privadas para abertura de novos empregos, o que seria de baixo custo a estas, uma vez que, ao preso não se recolhem encargos sociais. Por outro lado, além de receberem uma quantia mensal, o que é mais

importante; a cada três dias trabalhados, um dia é remido no cumprimento de sua pena.

Conscientização do Poder Público em resguardar a imagem do detento à sociedade, eis que este é considerado inocente enquanto não for julgado definitivamente (sentença transitada em julgado).

Aplicação em maior escala de penas alternativas, tais como prestação pecuniária, onde a multa deve ser transferida ao fundo penitenciário ou entidades filantrópicas. Outra pena alternativa a ser aplicada com maior frequência seria a prestação de serviços à comunidade.

Quanto à aplicação de penas alternativas, estas só beneficiariam a Justiça, pois seria levantado capital para reforma e manutenção de entidades, além de mão-de-obra gratuita, no caso de prestação de serviço à comunidade.

Levar o ensino aos presídios, com possibilidade de a cada determinado número de aulas assistidas, contabilização de um dia de remição da pena.

Tais recomendações não exigiriam nenhum custo, ao contrário, estimularia o empresário a aumentar sua produção, e, conseqüentemente, o detento por conseguir a remição e sair do ócio.

Finalizando, transcrevo a frase de *Louk Hulsman* (1997, p. 178), que cai como luva a todos aqueles que repudiam o confinamento opressor e cruel, a degradação e o aniquilamento humano, que nenhuma eficácia produzem na prevenção e diminuição da criminalidade.

“Se afastos do meu jardim os obstáculos que impedem o sol e a água de fertilizar a terra, logo surgirão plantas de cuja existência eu sequer suspeitava. Da mesma forma, o desaparecimento do sistema punitivo estatal abrirá, num convívio mais sadio e mais dinâmico, os caminhos de uma nova justiça”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, Jason. *Manual de direito penitenciário*. Rio de Janeiro: Aide, 1993.

ALVIM, Rui C.M. *O trabalho penitenciário e os direitos sociais*. São Paulo: Atlas, 1991.

AMARAL, Emília e. *Novo Manual Nova Cultural*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda, 1994.

ARAÚJO, G. F. *Dignidade nos presídios*. Sociedade: <http://www.geocities.com/capitolhilt/3021>. 1998.

ARGYRIS, C.A. *A integração indivíduo-organização*. São Paulo: Atlas, 1975.

AUTAVILLA, Eurico. *O processo psicológico e a verdade judicial*. Coimbra: Ed. Américo Anade, 1981.

AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editor Globo S/A, 1998.

BEMFICA, Francisco Vani. *O Direito de não ser preso*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1985.

BERABA, Marcelo. *Jornal "Folha de São Paulo"*, 23/2/2001, p. A1.

BICUDO, H. *A prisão para que serve*. Folha de São Paulo 26 jun. 1995.

BRITO, Leila Maria Torraca de. (Org.). *Psicologia e instituições de direito*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1992.

BRYANT, Garth. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1988.

CAMARGO, G. N. ELLERMAN, L.A. RAMON, M. *El concepto de peligrosidad*



*en la psiquiatria forense: una revisión crítica, com propuesta de revisión conceptual.* Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, jv. 1, nº6, p. 65-67, jul/dez. 1995.

CAMPOS, Carlos. *Sociologia e Filosofia do Direito*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Livraria Del Rei, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sociologia e Filosofia do Direito*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1943.

CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1988.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

CERVINI, Raúl. *Os processos de discriminalização*, Tradução da 2ª edição espanhola, Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 1995. CHAVES, Antônio (Coord.). *Estudos de direito civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

CONFERÊNCIA PROMOVIDA PELA SECRETARIA DE JUSTIÇA, 2: 1995. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 1995. p. 16-26.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

COSTA, Alexandre Marino. *O Trabalho Prisional e a Reintegração Social do Detento*. Florianópolis: Ed. Insular, 1999.

DELGADO, Pedro Gabriel. *As razões da tutela: psiquiatria, justiça e cidadania do louco no Brasil*. Rio de Janeiro: Té Corá, 1992.

DONAHUE, J. O. Análise de marion adjustment center. In: ARAÚJO, G. F. *Dignidade nos presídios*. Sociedade: <http://www.peocites.com/capitolhill/3021>, 1998.

DONNICINI, V.L. *A criminalidade no Brasil* meio milênio de repressão. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FERNANDES, H. R. *Política e Segurança*. São Paulo: Pioneira, 1981.

FERREIRA, I.S. *Penas alternativas e substitivos penais*. Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung - Papers, nº 28, p. 43-60, 1960.

JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO", 21/2/2001.

FERRI, Enrico. *Os criminosos na Arte e na Literatura*. 3ª ed. Livraria Clássica Editora, 1923.

GEBELEIN, R. *Punições intermediárias nos Estados Unidos: uma alternativa inteligente à prisão*. Alternativas à pena de prisão: In: ANAIS DA

GOFFMAN, Erving. *Estigma - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4ª edição - Editora Guanabara: Rio de Janeiro, 1988.

\_\_\_\_\_ *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: E. Perspectiva S.A., 1999.

GOMES, L. F. *As medidas despenalizadoras da Lei 9099/95*. Alternativas à pena de prisão. In: CONFERÊNCIA PROMOVIDA PELA SECRETARIA DE JUSTIÇA 2; 1995. Rio de Janeiro, 1995. p. 63-74.

GOULART, Henry. *Penologia I*. São Paulo: Ed. Brasileira de Direito Ltda, 1922.

HERTZBERG, F. *The work and the nature of man*. Cleavland. New York: The Wold Publishing, 1966.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Aurélio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S/A, 1999.

HOWARD, John. *Estat des prison, des hôpitaux et des maisom de force*. Paris, 1788.

HULSMAN, Louk e. *Penas Perdidas*, 2ª edição, Editora Luam Ltda: Niterói, 1997.

ISHIKAWA, K. *Introduction to total quality contral*. JUSE Press, 1990.

JABOR, Arnaldo. *Jornal "O Globo"* – Segundo Caderno – “Estação do Carandiru” mostra o avesso do Brasil. 26/6/99, P. 8 e 9.

*Jornal "Hoje em Dia"*. 16/7/2000, p. 19.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. São Paulo: Ed. Atlas S/A, 1985.

MARANHÃO, Odon Ramos. *Psicologia do crime*. São Paulo: Malheiros, 1995.

MATTIA, Fábio Maria de Direitos da personalidade, aspectos gerais. *In:*

MEIRELLES, N. T. *Atividades do Conselho Penitenciário do Distrito Federal*.

Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, v. 19, nº 44, jan./jun. 1982.

MEDEIROS, Norah. *Jornal "O Globo"*. 16/10/2000, p.4.

\_\_\_\_\_. *Monografia – “P=3p ou Para ser Preso basta ser Pobre, Preto e Prostituta*.

\_\_\_\_\_. *Monografia – “Corpo e Prisão – Sexualidade matada ou negada?”*

MELLO, Thiago de. *Faz escuro mas eu canto: porque amanhã vai chegar*. 17 ed. Revista. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MIOTTO, Armida Bergamini. *Temas penitenciários*. São Paulo: RT, 1992.

MORAES, Walter. *Direito à própria imagem*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NETO. C. F. M. *Justiça criminal brasileira: problemas e soluções*.

<http://www.foznet.com.br/emp/direitoshumanos/>, 1998.

OLIVEIRA, O.M. *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis, 28 mar. 1996. Coluna Opinião.

- PALOMBA, Guido Arturo. *Loucura e crime*. São Paulo: Fiuza, 1996.
- PETERS, T. *Dei caos a la excelencia*. Barcelona: Folio, 1989.
- POCHMANN, Márcio. *Jornal "O Globo"*. 17/10/2000, p. 11.
- REVISTA Família Cristã, outubro, 2000, p. 13.
- ROCHA, Ubirajara. *A face trágica das prisões*. São Paulo: Serviço Gráfico da Secretaria de Segurança Pública, 1968.
- SANTOS, José Wilson Seixas. *Síntese Expositiva de Criminologia*. São Paulo: Livraria Jurid Vellenich Ltda, 1973.
- SCHNITMAN, Dora Fried - Novos Paradigmas em mediação - Editora Artes Médicas Sul Ltda, São Paulo, 1999.
- SILVA, Evandro Lins e. *Jornal "Folha de São Paulo"*. 22/2/2001, p. c5.
- SILVEIRA, Alípio. *Prisão Albergue – Teoria e Prática*. São Paulo: Ed. Universitária do Direito, 1973.
- THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- THE TOKIO RULES. *Commentary on the United Nations Standard Minimum Rules for Non-custodial Measures*. New York: United Nations, 1993.
- VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

## HUMANIZAÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE VARGINHA

O JSM traz amanhã uma entrevista com a secretária municipal de educação, professora Maria Auxiliadora Pinto Frota, sobre a "escola da cadeia", projeto que ela começou a desenvolver em 1994/95 quando ocupava a Chefia de Educação Informal do órgão que hoje dirige. Com sua ida para a direção do CAIC Helena Reis (CAICII), o projeto desapareceu. Mas agora, com todo entusiasmo ela fala ao repórter Jota Junior sobre esta experiência que vem agradando a todos os presos, com os quais conversou um a um, e tem certeza que o projeto tem que continuar porque atende aos interesses mais diversos: dos presos, das autoridades, dos familiares dos detentos e da sociedade.

Numa entrevista vibrante, a secretária mostra o carinho com que buscou implantar o projeto e a trajetória percorrida para que desta vez ele não "sossobre ao vento", fazendo coro com o juiz da Vara Criminal José Donizetti Franco e com o delegado Flávio Rodrigues, diretor do presídio, para os quais, o projeto deixou de ser experiência e é hoje uma realidade. Uma agradável realidade.



Maria Auxiliadora Pinto Frota: "A escola da cadeia é um projeto vencedor".